

“Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos de Fortaleza afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se em frentes de trabalho, em políticas de emigração para outros Estados e na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados. Nessa seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará.”



CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ

MUSEU
DO CEARÁ

COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS - 2

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ

Isolamento e poder na Seca de 1932



Kênia Sousa Rios

Coleção Outras Histórias

Coordenação: Francisco Régis Lopes Ramos

1- Fortaleza: Imagens da Cidade

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho

2- Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932

Kênia Sousa Rios

3- Nas Trilhas da Cidade (próximo lançamento)

José Bozarchiello da Silva

Kênia Sousa Rios

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ
Isolamento e poder na Seca de 1932

Fortaleza - 2001
Museu do Ceará
Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará

Copyright © 2001 by Kênia Sousa Rios

Governo do Estado do Ceará
Governador: Tasso Ribeiro Jereissati

Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará
Secretário: Nilton Melo Almeida

Museu do Ceará
Diretor do Museu: Francisco Régis Lopes Ramos.

Projeto Gráfico e Capa: Museu do Ceará / Expressão Gráfica
Desenho da Capa: Marcos Venícius

Rios, Kênia Sousa. Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: - Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

126 p.: ilust.

(Coleção Outras Histórias, 2)

Ceará - História. 2. Fortaleza - História. 3. Secas no Nordeste.

Apoio:

Departamento de História (UFC)

Associação dos Amigos do Museu do Ceará.



SUMÁRIO

Uma outra história	07
Estradas de Poeira e Ferro	09
A Luz do Progresso	19
A Sombra do Flagelo	29
Acordos e Polêmicas	42
Os Currais do Governo	57
Médicos e Curandeiros	70
Pão e Poder	84
Banheiros, Barbearias e Relógios	92
Isolamento e Poder	101
Notas, Bibliografia e Fontes	105

UMA OUTRA HISTÓRIA

“Felizes os que vivem sob disciplina, que aceitam sem questionar, que obedecem espontaneamente às ordens de seus líderes, espirituais ou temporais, cuja palavra aceitam como lei infrangível; igualmente felizes os que, através de seus próprios métodos, chegaram a convicções claras e inabaláveis com relação ao que fazer e o que ser, sem a menor sombra de dúvida. Só posso dizer que os que se instalam nesses confortáveis leitos do dogma são vítimas de uma miopia auto-imposta, antolhos que podem trazer contentamento, mas não a compreensão do que significa a humanidade do ser”.

Isaiah Berlin¹

Este livro conta duas histórias. Uma sobre o aprisionamento de flagelados em Campos de Concentração espalhados por todo o sertão cearense durante a seca de 1932. A outra é sobre a trajetória da pesquisa: como fui articulando informações e análises para contar, desta maneira, histórias de isolamento e poder no Ceará.

No rastro das mais variadas fontes e indícios, foram sendo criadas possibilidades de interpretação histórica acerca desse acontecimento. A combinação dessas histórias resultou na dissertação de mestrado defendida na PUC de São Paulo, em 1999, com pesquisa financiada pela CAPES.

O texto apresentado neste livro é uma versão reduzida da dissertação. Apesar das páginas que não puderam compor o livro, acredito que esta edição contempla a principal problemática do documento maior, ou seja, a proposta de uma leitura sobre locais de controle para flagelados durante a seca de 1932, no Ceará.

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos de Fortaleza afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se em frentes de trabalho, em políticas de emigração para outros Estados e na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados. Nessa seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará.

ESTRADAS DE POEIRA E FERRO

"(...) E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos".

Graciliano Ramos²

O ano de 1931 não trouxe o inverno desejado. No mês de janeiro, poucas chuvas apareceram e, nos meses seguintes, o clima se manteve no mesmo ritmo, a maioria dos sertanejos permaneceu nos seus lares. Os registros de migração desse ano assinalavam que ainda era pequeno o número de fugitivos da seca.

O inverno de 1932 foi esperado com ansiedade pelos sertanejos. Sabiam que se não chovesse, a vida se complicaria ainda mais. Dezembro de 1931 passou anunciando a grande seca que se aproximava. Em janeiro de 1932, os retirantes começaram a chegar até Fortaleza. Outros resolveram aguardar até o dia 19 de março, apelando para São José como última esperança de inverno.³

No final do mês de março, grandes levas de retirantes já enchiam de tristeza e fome as estradas do Sertão. Das mais longínquas paragens saíam homens e mulheres arrastando filhos e alguns pertences a caminho da cidade. Muitos se juntavam, formando enormes bandos de flagelados. Na angustiada luta para arrefecer a fome, os retirantes matavam e comiam algumas reses que ainda resistiam nos pastos das grandes fazendas. Nos jornais de Fortaleza, eram comuns notícias sobre o roubo de bois e vacas.

Os flagelados caminhavam longos trechos a pé, procurando uma estação de trem. As estradas de poeira findavam quando se encontravam com os caminhos de ferro. Das estações ferroviárias saíam grandes levas de retirantes em direção à Capital.

A partir de abril de 1932, os trens que saíam do Sertão para Fortaleza transportavam uma impressionante quantidade de flagelados, movimento bastante retratado em matérias dos jornais da Capital. O jornal *O Povo* do dia 13 de abril ressaltava a chegada dos flagelados, com a seguin-

te manchete: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”.

Durante alguns meses o Governo suspendeu a distribuição das passagens de trens para Fortaleza. Entretanto, nos meses iniciais, essa medida não foi suficiente para deter a vinda dos flagelados. Decididos a sair do Sertão, muitos sertanejos invadiram trens e chegaram ao destino previsto. O jornal *O Povo*, de 13 de abril de 1932, anunciava: “*mais um trem fora invadido pelos flagelados no Sertão central do Estado*”. Matérias como essa eram freqüentes, sobretudo nos meses de abril e maio. No jornal *O Nordeste* do dia 08 de abril, a manchete era a “tragédia da fome”. Com essa matéria, o periódico destacava os freqüentes assaltos dos flagelados aos trens no Sertão do Ceará: “*Os flagellados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente...*” (*O Nordeste*, 08/04/1932)

As regiões mais atingidas pela seca aglomeravam nas suas estações de trem uma imensa quantidade de famintos. Desses lugares, saíam, todos os dias, locomotivas com vagões completamente lotados. As Estações Ferrovi-

árias transformavam-se em espaços de grande tensão entre os retirantes e as forças policiais.

Em 1932, o Ceará era entrecortado por duas Estradas de Ferro: Estrada de Ferro de Baturité e Estrada de Ferro de Sobral. Acompanhando o percurso desses trilhos é possível perceber de onde vinha a onda de miseráveis que “invadia” a Capital.

A Estrada de Ferro de Baturité cortava o Estado do Ceará de norte a sul. Partindo de Fortaleza, sua principal via atingia as maiores cidades do Sertão Central, chegando até o Vale do Cariri, onde se localizam os Municípios de Juazeiro do Norte e Crato. No seu trajeto, passava por Quixeramobim e em seguida por Senador Pompeu. Nessas estações principiava-se a “desordem” que se estendia até a Capital. O controle, portanto, devia começar por ali. Em três municípios (Crato, Quixeramobim e Senador Pompeu) foram erguidos Campos de Concentração. O único Campo que não se localizava em uma cidade com Estação Ferroviária era o de Cariús. Por outro lado, Cariús ficava a poucos quilômetros da Estação do Município de Cedro.

A construção da Estrada de Ferro de Baturité teve início em 1870. A partir de então, começa a se configurar uma “nova geografia da migração” que tinha como principal referência o caminho dos trilhos. A edificação de mais um trecho da ferrovia, com o erguimento de uma nova Estação, não significava somente mais uma cidade que es-

treitava distância com a Capital. O lugar que ganhava um “ponto de trem” transmutava-se, durante as secas, em espaço de grande tensão. Um significativo número de flagelados começava a ocupar esses lugares em busca de passagens para Fortaleza.

Os trilhos poupavam as extensas caminhadas dos retirantes até a cidade. A vinda dos flagelados era bastante facilitada pelo trem que garantia, também, que a grande maioria dos retirantes chegasse viva a Fortaleza. Na seca de 1877, quando não havia Estações no Sertão, as famílias perdiam muitos parentes pelos caminhos empoeirados da caatinga.⁴

Na seca de 1932, o deslocamento da população retirante deu-se por caminhos de poeira e ferro. Mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, os retirantes continuavam a se aglomerar nas estações e muitos chegavam a Fortaleza.

Como foi salientado, os Campos de Concentração do Sertão foram construídos de modo estratégico: todos foram erguidos em lugares onde existiam, nas proximidades, uma Estação Ferroviária. Com essa medida, o Governo procurava diluir as tensões que se constituíam nos “pontos de trem” e, ao mesmo tempo, tentava evitar a migração para a capital pelas vias férreas. A localização dos Campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante. Assim, um dos principais espaços de aprisionamento de flagelados eram os arredores das Estações, ou melhor, nos

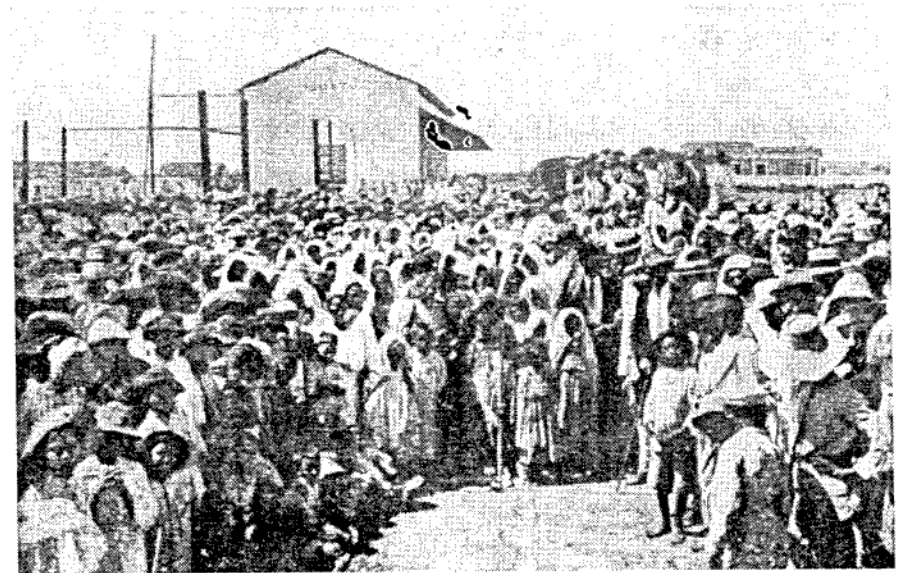
territórios onde o sertanejo procurava trocar a poeira do caminho pelas estradas de ferro.

Somente um pequeno trecho da Estrada de Ferro de Sobral atingia a região mais abalada pelas secas, ou seja, o Sertão Central. O movimento migratório nas cidades por onde passava tal ferrovia era bem menor do que no trecho compreendido pela Estrada de Ferro de Baturité. As cidades entrecortadas pelos trilhos da via férrea de Sobral não apareciam com frequência nos jornais de Fortaleza. O único Caminho atrelado a essa ferrovia foi erguido no Município de Ipu, para onde se dirigiram muitos retirantes dessa região.⁵

As duas Concentrações de Fortaleza também foram construídas em lugares estratégicos. Uma ficou às margens da Estrada de Ferro de Baturité e a outra próxima à Estrada de Ferro de Sobral. Mesmo assim, vários retirantes conseguiram chegar às ruas onde residiam os ricos de Fortaleza.

Na seca de 1915, a Estrada de Ferro de Baturité estendia-se até o município de Iguatu, localizado no Sertão Central, a região do Ceará que mais sofria em períodos de estiagem. Durante essa seca, a Estação de Iguatu era um dos lugares onde os conflitos ocorriam de um modo mais recorrente. Um dos indícios desse espaço de tensões constituído na estação de Iguatu é uma das fotografias selecionadas pelo deputado Ildefonso Albano, em seu trabalho intitulado "O secular problema do Nordeste", publicado em 1918. Nesse livro, que é a reprodução de um dis-

curso proferido na Câmara dos Deputados Federais em 1917, Albano apresenta uma imagem dos retirantes na estação ferroviária à espera de uma locomotiva. A escolha dessa cena não era arbitrária. A intenção presente no inflamado discurso do deputado era mostrar as calamidades da seca. No seu entender, uma das formas de expor a extensão do flagelo era retratar a enorme quantidade de famintos aglomerados em uma Estação de Trem.



Ao utilizar várias fotografias com o objetivo de mostrar o grande sofrimento do “povo cearense”, Albano procurava sensibilizar os deputados da Câmara Federal. Subjacente a isso, estava uma intenção muito bem delimitada, mas não muito explícita: o discurso, depois transformado em livro, era uma estratégia para conquista de maiores recursos do Governo Federal destinados ao Estado do Ceará.

Esses recursos enviados pelo Governo Federal serviriam, entre outras coisas, para o alongamento das ferrovias que iriam facilitar o deslocamento de produtos para exportação. Com isso, nota-se, por parte das elites, uma insistente solicitação no prolongamento das estradas de ferro e na melhoria do Porto de Fortaleza em períodos de seca. Essas duas obras eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio e da indústria no Ceará.

Entretanto, as ferrovias não traziam somente o algodão ou o fumo; transportavam, também, milhares de flagelados. Criava-se, então, um paradoxal desejo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza, no entanto a estrada de ferro trazia, também, a miséria que se queria longe da capital.⁶

Chegando a Fortaleza, os flagelados se arranchavam nas sombras das árvores e nas calçadas de algumas casas. Durante os primeiros meses de 1932, esse movimento era, até certo modo, permitido. Os flagelados que não tinham

parentes em Fortaleza chegavam sem rumo, saíam pedindo esmola no comércio ou nas casas mais ricas. Muitos procuravam as redações jornalísticas. Tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois ao chegarem a capital, era aí que costumavam registrar seus pedidos.

No dia 29 de março de 1932, por exemplo, Cassimiro da Silva procurou a redação d’*O Nordeste* querendo notificar o seu sofrimento. Chorando, contou a sua história de miséria e relatou o infortúnio, ainda maior, dos seus familiares que permaneceram no Município do Cedro. Depois de tudo, Cassimiro solicitou passagens para que suas irmãs pudessem igualmente chegar à Capital. O jornal conclui a matéria reiterando junto ao Governo o pedido de Cassimiro. Ao que parece, os flagelados entendiam que a publicização do sofrimento singularizado intensificava as medidas de assistência e caridade. Procuravam os jornais com uma certa freqüência e reivindicavam passagens, alimentação, trabalho, roupas...

Por outro lado, o jornal se aproveitava disso para fortalecer politicamente o grupo que representava. O discurso católico de valorização do indivíduo era largamente utilizado no jornal *O Nordeste*. O miserável retirante que parecia ter a mesma história de seus milhares de companheiros de peregrinação ganha, nas páginas do periódico, uma trajetória individual com direito a nomes e parentes.

No final do mês de abril, quando a distribuição de passagens para Fortaleza foi suspensa em algumas cidades do interior, a expectativa das elites era pela diminuição dos retirantes nos trens que chegavam. Entretanto, os vagões continuavam lotados. Os comboios despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde se localizavam as últimas estações férreas de Fortaleza. Muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas se transformaram em bairro e ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima, como, por exemplo, o Pirambu.

Em 1933, com as primeiras chuvas, o Governo ofereceu passagens, distribuiu sementes para o plantio, mas nem todos retornaram ao Sertão. Muitos permaneceram em Fortaleza. Alguns estudos sobre o processo de favelização em Fortaleza assinalam os anos de 1932/33 como marcos na expansão da periferia de Fortaleza (Silva, 1992:29). Apesar do rígido controle que se estabeleceu durante esta seca, muitos retirantes permaneceram engrossando as fileiras da pobreza na "Cidade do Sol". Nesse movimento, os retirantes deixaram de ser flagelados e passaram a ser favelados.

A LUZ DO PROGRESSO

Logo que a seca de 1932 foi oficialmente declarada, começaram as campanhas pela construção e reforma de ruas e edificações em Fortaleza. Algumas dessas obras foram concluídas rapidamente. Outras, como a reforma do porto, exigiam um empenho maior das elites urbanas. O melhoramento significaria um incremento no câmbio de mercadorias entre o Ceará e os demais Estados brasileiros. Além disso, a burguesia comercial percebia no turismo outra fonte de riqueza para a Capital. O porto seria uma porta de entrada e saída de mercadorias e de turistas.

As impressões dos turistas ajudavam nos esforços pela destruição e reconstrução das edificações consideradas vexatórias. *O Nordeste* acompanhou o percurso dos excursi-

onistas do *Touring Club* e assim descreveu algumas sensações que a viagem deixou: “Ouvimos, a bordo, da parte dos excursionistas, os mais elogiosos termos à formosura desta “loira desposada do sol” - se não fosse este porto horrível-dizia um deles - seria ideal.(...)uma coisa nos parece calou muito mal no ânimo de todos. Não foi a seca, não senhores. A seca não era surpresa. Surpresa, e ruim surpresa, devem ter encontrado no imundo Mercado de Frutas(...) Deus nos faça o governo Federal bastante exigente para que o velho e sujo barracão da Capistrano desapareça logo, para dar lugar ao elegante e majestoso edifício dos Correios e Telégrafos”. (*O Nordeste*, 16/06/32).⁷

O mencionado mal-estar causado aos turistas que visitavam a “loira desposada do Sol”, como diz o jornalista, representava mais um elemento de pressão e direcionamento para o uso das verbas federais que chegavam em maior volume nos anos de seca.

De acordo com essa reportagem publicada n’*O Nordeste*, os fatos inesperados mereceriam imediatas providências. A seca não era surpresa. O surpreendente mesmo era o “imundo Mercado de Frutas”, maculando a chamada “loira desposada do Sol”. Esperava-se, então, que Deus abrisse os olhos do Governo Federal para a resolução imediata de tal situação.⁸

O jornalista usa uma perífrase que, desde o final do século XIX, é (re)apropriada por políticos e intelectuais

para definir os encantos de Fortaleza. A imagem poética que define a cidade como “a loura desposada do sol” foi constituída no soneto “Fortaleza”, do cearense Francisco de Paula Ney (1858-1897)⁹:

*“Ao longe, em brancas praias, embalada
Pelas ondas azuis dos verdes mares,
A Fortaleza a loira desposada
Do Sol dormita, à sombra dos palmares.*

*Loura de sol e branca de luares,
Como uma hóstia de luz cristalizada
Entre verbenas e jardins poisada
Na brancura de místicos altares*

*Lá cantã em cada ramo um passarinho,
Há pipilos de amor em cada ninho,
Na solidão dos verdes matagais...*

*É minha terra, a terra de Iracema,
O decantado e esplêndido poema,
De alegria e beleza universais”*

A Fortaleza de Paula Ney é bucólica. Através de imagens românticas que exaltam elementos da natureza, o poeta constrói sua veneração em torno da amada cidade. A luz de

Fortaleza é a luz do sol, em religiosa harmonia com o canto dos pássaros, com o verde dos matagais e o branco do luar.

O jornalista d'*O Nordeste* coloca a luz do sol como símbolo e síntese do progresso de Fortaleza, que se materializava na construção de prédios modernos, nas ruas alinhadas ou em outros "melhoramentos urbanos". O sol surge, mais uma vez, para dar visibilidade à beleza da "loira de sol". No entanto, em 1932, seus encantos não são apenas naturais. Encontram-se, também, nos lugares edificadas pelo poder de seus ricos habitantes. A enunciação do romance da cidade com o "astro-rei" tornou-se o principal cartão de visita local. Nos jornais de 1932, Fortaleza é associada a vários adjetivos relativos à sua integração com o sol: Noiva do Sol, Loira desposada do Sol, Princesa do Sol...

Contudo, para o sertanejo, a imagem do sol pode significar o anúncio da morte. Nos anos de seca, o sol do Sertão simboliza tristeza e dor. O sol dos poetas bucólicos - que põe Fortaleza em mística harmonia com a natureza - e o sol dos empresários e jornalistas associados à valorização do turismo - que coloca Fortaleza em sintonia com o progresso - não deixam espaço para o sol do flagelo. Na iluminada Fortaleza, o raio do sol mortificador - traduzido no corpo sofrido do retirante - não é bem-vindo.

A partir de 1933, a seca passava a fazer parte da pauta constituinte. Na constituição de 1934 foi estabelecido que, sob o custeio da União, seria traçado um plano

orçamentário permanente nas atividades de combate à seca. O início dessa discussão deu-se no primeiro ano da "revolução outubrina". Portanto, a seca de 1932 já foi beneficiada com o aumento de verbas enviadas para o Nordeste, fato bastante aproveitado pela burguesia fortalezense.¹⁰

Com base numa dose tríplice de intenções - o melhoramento do Porto de Fortaleza, a construção de um novo mercado de frutas e um "elegante e majestoso edifício para correios e telégrafos" - os pedidos da burguesia, sempre publicados na imprensa, se direcionavam imediatamente ao Governo Federal.

Os pedidos de obras para a cidade eram abundantes e raramente ficavam frustrados. A intensa utilização da mão-de-obra flagelada, aliada a um determinado direcionamento dos recursos federais, dava mais impulso ao progresso urbano de Fortaleza. A cidade convivia com uma das maiores secas do século XX, entretanto, seus jornais não hesitavam em afirmar: "*Fortaleza é uma das capitais mais progressistas do Norte e quiçá do paiz inteiro*" (*Gazeta de Notícias*, 22/06/33). Em várias ocasiões, os jornais anunciavam seu embelezamento urbano.

Os discursos eram incansáveis na tentativa de impulsionar o desenvolvimento da cidade. A relação de benefício com a calamidade climática era, algumas vezes, muito explícita. Depois de solicitar providências do governo para o emprego dos flagelados, o jornal *O Nordeste* afir-

mava: “As crises climatéricas periódicas têm sido para a nossa terra o factor de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo, o maior elemento de progresso do nosso meio econômico” (22/04/1932).

A seca de 1932 foi largamente utilizada para a construção de obras na Capital. Entretanto, esse não foi o momento pioneiro de utilização do flagelo para as chamadas “melhorias urbanas”. Tudo indica que foi na seca de 1877/79 que essa prática começou a ganhar maior fôlego. Naquele momento, o Ceará estava em desespero: vários flagelados foram para Fortaleza, procurando escapar da fome e da sede. Contudo, nem todos os retirantes significavam um problema para a Capital. Muitos desses sertanejos representavam uma mão-de-obra quase gratuita na construção e restauração de calçadas, calçamentos, casas, entre outras obras de melhoramento urbano.

Contudo, em muitos documentos oficiais do fim do século passado, como nos Relatórios dos Presidentes de Província, a seca aparecia como o principal elemento retardador do processo de desenvolvimento. A mensagem do Cel. Estelita Pessoa de 02 de julho de 1877 apresentava a seca como causa de quase todos os males enfrentados pelo Ceará. Nas suas palavras, a estiagem paralisava todas as “fontes de vida” da província. Entretanto, a seca de 1877 foi, também, o período no qual a mão-de-obra do flagelado começou a ser utilizada de modo mais sistemático para o desenvolvimento da Capital.¹¹

Em 1932, os Campos de Concentração e várias frentes de serviço procuravam prender o flagelado no Sertão. Entretanto, muitos retirantes conseguiram chegar à Capital, onde eram recolhidos e alocados em obras como a construção de calçamentos e prédios. A seca de 1932 foi uma das mais utilizadas, até então, para a edificação de obras na cidade de Fortaleza. Em 1877, essa prática ganha impulso, mas em 1932 é plausível considerá-la consolidada.

No livro *Fortaleza Velha*, do cronista João Nogueira, um capítulo é dedicado às ruas e praças da cidade entre 1856 e 1936. Nogueira apresenta o nome das ruas seguidas do ano de inauguração. O autor elenca 163 ruas. Pelo seu registro, constata-se que, durante as secas de 1877/79, 1888 e 1932 foram construídas ou reformadas 98 ruas. Destas, 14 ruas foram inauguradas em 1879, 38 em 1888 e 46 em 1933. Percebe-se que, nessas três grandes secas, o número de ruas inauguradas é significativamente maior que em períodos de bom inverno. Esses números são, portanto, fortes indícios de como os poderes urbanos usavam a mão-de-obra do retirante durante as crises climáticas.

E mesmo com a quase gratuidade dessa força de trabalho, muitas vezes faltava verba para algumas obras. Em janeiro de 1933, as campanhas pela construção do Porto de Fortaleza continuavam insistentes e as justificativas se diversificavam: “*Parece que a providência na sua sabia regência dos fenomenos gerais da natureza quer mostrar*

aos homens aos homens do governo que o porto de Fortaleza deve ser feito sem mais demoras. É uma necessidade que se impõe. Com a calamidade da seca a importação de todos os generos de primeira necessidade tornou-se volumosa, e devido a falta de um porto produziu-se o congestionamento no desembarque de mercadorias. O Ceará clama por um porto.”(Gazeta de Notícias, 12/01/33)

Neste discurso, a seca surge para mostrar às autoridades que é imprescindível reformar o porto. A “providência divina” operou, portanto, uma pesada interferência para alertar sobre as necessidades da cidade. O grande flagelo de 1932 possuía, assim, um claro objetivo: mostrar a urgência de um novo porto em Fortaleza.¹²

Nesse ano, é também inaugurado o “Excelsior Hotel”, considerado, na época, o primeiro arranha-céu de Fortaleza. Conforme *O Povo* do dia 04 de maio de 1932: “Chamam ‘arranha-céu’ os edifícios elevados, que, de tão altos, parecem emergir da cúpula azulada, onde cremos, firmemente, existir a estrada luminosa que nos conduz à presença de Deus”.¹³

A inauguração do Hotel Excelsior é um dos indícios sobre o desenvolvimento do turismo em Fortaleza. Acreditava-se que a “Noiva do Sol” estava no caminho do progresso. Desse modo, a cidade, além de possuir seus encantos naturais, poderia, também, oferecer os confortos e as atrações do “mundo civilizado.”

O primeiro grande cruzeiro interestadual, trazendo excursionistas do Sul para o Nordeste, ancora em Fortaleza no dia 14 de junho do seco ano de 1932. Conforme *O Nordeste*, “Vale bons comentários a impressão agradabilíssima que os viajantes do ‘Touring Club’ estão tendo de nossa capital” (*O Nordeste*, 16/06/32). De acordo com o jornal, os excursionistas ficaram encantados com a beleza da “loura desposada do sol”.

Mas a seca também foi apresentada aos ilustres visitantes. O flagelo apareceu, aos excursionistas, cercado por muros e vigiado por guardas: “...em nossa companhia visitaram o Campo de Concentração de Flagelados em Pirambú, recolhendo naquele diminuto mostruário os efeitos da seca (...) Os ilustres viajantes deixaram a quantia de cinco contos de réis em benefício dos flagelados da seca, no Ceará.” (*O Povo*, 14/06/32)

Entre os pontos turísticos da cidade em 1932 estava o Campo de Concentração. A miséria tornava-se espetáculo para os excursionistas. Como “tipos exóticos” devidamente enjaulados, os flagelados eram expostos aos olhares do Sul. Ao que parece, os cinco contos de réis deram aos turistas a sensação do dever cumprido. Mais uma vez a burguesia amenizava a imagem trágica do sofrimento dos pobres em nome da caridade e, afinal, colocava em dia o privilégio cristão de “dar mais do que receber” e a sensação do dever cumprido.

Os poderosos de Fortaleza viviam um certo impasse: usar a seca para edificar esta “nova cidade” e controlar os famintos para poder usufruí-la como queriam. Na corrida em direção ao progresso, a Fortaleza desejada pelos ricos era vislumbrada a partir de transformações urbanas que exigiam mudanças no conjunto de leis e projetos de urbanização. Durante a seca de 1932, a cidade ganha, além de um novo plano de direcionamento urbano, outro código de posturas.

O código de posturas com menor vigência em Fortaleza foi o de 1870. Com pouco tempo, ou seja, em 1879, outro código foi anunciado.¹⁴ Tudo indica que a seca de 1877/79 trouxe importantes elementos a serem considerados no conjunto de leis que estabelecia as normas de convívio na cidade.¹⁵ A tragédia mortuária daquela seca talvez explique a urgência de um novo código. Além disso, muitos retirantes tornaram-se novos habitantes da cidade. A cidade crescia e, desse modo, necessitava de uma renovação das normas. Renovação que encontrava largo apoio no saber médico.¹⁶

Como comentava *O Correio do Ceará* em 12 de fevereiro, o quente ano de 1932 ofereceria a Fortaleza “*greats (sic) attractions*”. A cidade ganhou novas ruas, novas praças, novos edifícios, novos cinemas, novos mercados, novas casas e novos habitantes. Ampliou sua extensão territorial e reafirmou a necessidade de manter distantes os milhares de retirantes que estariam dispostos a trocar o “sombrio Sertão” pela “luz do progresso”.

A SOMBRA DO FLAGELO

“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”

Michel Foucault¹⁷

A cidade que queria ser moderna e civilizada estava sendo ocupada por um indesejado fluxo de transeuntes, uma assombrosa procissão trazendo a miséria em olhares e gestos. Homens e mulheres eram obrigados a pedir esmolas para garantir a sobrevivência. Rostos e corpos denunciavam a todo instante a situação extrema em que se encontrava o Sertão. Cenas angustiantes, pouco a pouco, transformavam a cidade em um palco de miséria e luxo, habitando estranhamente o mesmo cenário. Os grandes casarões tinham suas calçadas

ocupadas por flagelados famintos. Tornava-se cada vez mais difícil ignorar a tragédia da seca.

O pavor com a chegada dos retirantes estava presente nos jornais da Capital, quase diariamente. Exigia-se do Governo medidas extremadas para conter as levas cada vez maiores de flagelados, que se lançavam às estradas, com o desejo de chegar na Capital.

A “invasão” dos retirantes era manchete diária. *O Nordeste*, nos primeiros dias de 1932, anunciava: “*Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos flagelados para a capital (...)*”(17/02/32). *O Correio do Ceará* reforçava: “*Os retirantes vêm vindo(...) É a seca em toda sua rudeza que traz aos nossos rumos esses infelizes, míseros destroços da catastrophe que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente(...)*”. Conforme esse jornal, o Governo deveria ter ação imediata, pois “*o momento não comporta vacilações*”. Para evitar o crescimento do perigoso problema, o poder público deveria “*assistir à população no próprio meio onde ele vive(...)*”(Correio do Ceará, 05/03/32). Enquanto isso, *O Povo* alardeava: “*Hoje, pela manhã quando partia o trem horário de Senador Pompeu, foi o mesmo invadido por uma leva de cento e tantos flagellados, que, embora em atitude pacífica, se mantiveram no firme propósito de se transportarem a esta capital(...)*”(16/03/32).

O Correio do Ceará, do dia 04 de abril, chegava a usar terminologia bélica rodeada de adjetivos no sentido de compor uma imagem aterrorizante para a chegada dos retirantes na capital: “*O exército sinistro dos esfomeados marcha pelas estradas em demanda de Fortaleza.*” Nessa visão, os fortalezenses teriam motivos sem conta para temer os efeitos da seca, pois “*os flagellados que (...) chegaram são muitos, entretanto, são pouquíssimos comparalos com os que ainda vêm em caminho (...)* *O Governo enquanto é tempo, precisa assentar como deva agir.*”

As manchetes dos jornais evidenciavam o clima alarmante que se pretendia compor diante da chegada dos famintos: “*Fortaleza é invadida pela onda faminta*”(O Povo, 13/04/32); “*500 flagellados invadiram um trem em Afonso Pena*”(O Povo, 16/03/32). Os enunciados revelam o pavor que já existia na cidade, entretanto apontavam, também, para uma significativa contribuição desses jornais na produção do pânico. O texto jornalístico não apenas dava a notícia, mas também alimentava sentimentos de medo em face dos flagelados. E, subjacente ao terror estampado nos jornais, havia um irrecusável aforismo: é preciso proteger-se.

Criava-se a imagem de um flagelado que podia tornar-se bastante ameaçador pois já apresentava, nas invasões dos trens, indícios de revoltas com proporções incalculáveis. Imagens alarmantes ganharam fácil projeção na cidade de Fortaleza, pois as experiências em secas anteriores deixavam

os ricos de sobreaviso. Pouco a pouco ia se consolidando, entre as classes dominantes, o hábito de temer os pobres da seca.¹⁸

Vale lembrar que a cidade aparecia como palco do progresso. Alguns acontecimentos *glamourosos* se desenvolviam, muitas vezes sem deixar pistas sobre a dolorosa miséria que assolava Fortaleza e todo o Estado cearense. O desenvolvimento urbano estampava-se nos jornais. A Gazeta de Notícias, por exemplo, assegurava que “o *Governo Municipal de Fortaleza, desde a administração Alvaro Weyne, vem preocupando-se com o embelezamento de nossa Capital, sem dúvida a princeza do Norte (...)*” (15/02/33)

O embelezamento era conseguido, em certa medida, com o trabalho exaustivo dos retirantes e com os recursos financeiros do Governo Federal vindos para o combate à seca. A intensidade do pânico, projetada nos jornais, pretendia, também, sensibilizar as autoridades federais e, com isso, ampliar a vinda desses recursos para o Estado flagelado.¹⁹

Assim, as obras de aformoseamento da cidade continuavam. Ainda que nem tudo acontecesse conforme a vontade “dos civilizados”, a paisagem urbana ideal continuava a ser desejada e, em certo sentido, realizada. Era essa a Fortaleza que se estampava nos periódicos. Porém, quando a cidade da seca, dos doentes, dos loucos, dos velhos, se apresentava sem o devido isolamento, era vista pelos ricos e incomodados como “acidente de percurso” desse projeto urbano elitista e excludente.

A preocupação dos comerciantes com o rápido socorro aos flagelados denunciava o medo dos saques e assaltos, gerados também a partir das tradições de um Sertão enredado nas relações de compadrio. Afinal, a multidão que invadia as cidades logo procurava o comércio a fim de pedir ou saquear alimentos.

Em vários jornais, é possível observar o empenho de comerciantes a implorar medidas de amparo e trabalho para os retirantes: “*A classe comercial infra assinada apela para a grandeza de sentimentos e patriotismo de V. Excia. no sentido de socorrer os nossos caros patrícios nesta quadra dolorosa, a maior calamidade para o Ceará.*” (*O Povo*, 16/03/32)

Em outra ocasião, o mesmo periódico afirmou: “*A cidade começou a se encher de flagelados, que em face da fome que os devora, constituem uma séria ameaça, para a tranquilidade pública (...)* Assim o comércio local, dirigiu-se incorporado ao prefeito (...)” (*O Povo*, 07/01/32)

Com base nos valores da tradição católica, o grande dono das terras no Sertão tornava-se padrinho de muitos afilhados. Dessa forma, assumia o dever de proteger vários “moradores” ou empregados.²⁰ Nas relações de compadrio há, em certo sentido, uma aceitação da existência de ricos e pobres, fortes e fracos, na medida em que o potentado é visto como aquele que tem a obrigação de proteger o despossuído. É cultivada a idéia de que Deus fez o rico para proteger o pobre. Em troca, o pobre deve obediência ao rico.

Em períodos de seca, os “protegidos” se acham sem o apoio esperado e respondem, muitas vezes, com os saques. Atitude que, em certa medida é justificada pela falha dos potentados, que também se traduzem na figura do poder público. Afinal, o “político” é comumente visto como uma espécie de padrinho.²¹

A “cultura tradicional” que aqui se mostra não mantém o flagelado passivo diante da seca. Nem sempre o afilhado se submete ao poder do padrinho. Em certas situações, o “apadrinhado” não tem pudores de “roubar gado” ou saquear um armazém. Mas essa rebeldia não é a negação da tradição. Ao contrário, a tradição é evocada com veemência para, em certo sentido, legitimar tal ação. Nesse caso, a relação de apadrinhamento é colocada em questão e cobrada pelos pobres. Diante da resposta negativa dos ricos, os pobres reagem com o enfrentamento que exige o amparo (ou melhor: o alimento) que o padrinho não deu, mas deveria ter dado. Afinal, ser padrinho é assumir a condição de protetor.²²

O flagelado não é simplesmente um faminto que rouba ou pede alimento porque está desenvolvendo uma “reação instintiva” ou impensada para matar a fome. Através dos depoimentos de sertanejos que vivenciaram a seca de 1932, é possível afirmar que a “cultura do apadrinhamento” possui uma complexa rede de desdobramentos. Ou seja: na memória oral dos retirantes, há várias considerações sobre momentos

nos quais o compadrio transforma-se em foco de tensão e conflito. Nas táticas de sobrevivência, os pobres improvisam as mais variadas formas de se relacionar com potentados. Muitas vezes, a submissão é também uma tática para a conquista de certos objetivos, porém, quando não gera o efeito desejado, os pobres costumam desenvolver suas rebeldias de modo mais explícito. É preciso entender que há, também, um conteúdo político nas ações dos retirantes. Ações que, em linhas gerais, estão alimentadas por valores ligados à tradição.

Diante dos saques, as providências solicitadas pelos ricos quase sempre estão ligadas à idéia de socorrer os flagelados; não aparecem como pedidos de prisão para bandidos. Embora reivindicassem o controle imediato dos retirantes, o discurso mostrava-se bastante cuidadoso. Ou seja: em certa medida, eles também vivenciavam esta “cultura tradicional” que estabelecia os princípios do apadrinhamento. Certamente, os interesses do capital eram majoritários, entretanto, no Ceará de 1932, esses elementos se misturavam ao tradicional para compor as relações entre ricos e pobres.

A burguesia comercial do Ceará, em 1932, reconhecia, em certo sentido, a legitimidade dos saques. A condição de extrema miséria tornava os roubos e assaltos relativamente justificados pelos ricos. A fome estava sempre presente no discurso desses grupos que se mostravam preocupados com a reação violenta dos flagelados. Temiam,

exigiam medidas, mas não esqueciam de acrescentar que a fome era impulsionadora das transgressões, atribuindo um perfil menos ameaçador às atitudes “violentas” da massa. Essas tentativas de esvaziamento político das ações coletivas impossibilitavam medidas punitivas mais explícitas sobre a “multidão revoltada”. A caridade e a assistência social surgiam como o controle mais apropriado para os famintos.²³ Com isso, os ricos procuravam, entre outras coisas, caracterizar o movimento como uma ação puramente instintiva, ou seja, sem nenhum conteúdo político.

O discurso dos ricos sobre o destino dos infelizes flagelados costumava lembrar que a seca descontrola a multidão: “(...) *Estamos longe de combater o delírio dos nossos infelizes patrícios, cabendo aqui repetir os versos do poeta: “-A lei? Eu tinha fome! / e a lei a mais severa / não tem valor algum / se a negra fome impera.”* (O Povo, 13/01/32). Um dos jornalistas d’O Nordeste acrescentava: “*Essa gente, a morrer de fome, constitui séria ameaça, porque mais dias menos dias, impelidos pela miséria, começarão a cometer actos de violência*”. (10/03/32)

Além da tradição das relações de apadrinhamento, os valores do mundo civilizado também contribuía para livrar o retirante de acusações baseadas no código penal. Na seca de 1932, as tentativas de se consolidar um discurso civilizado não permitiam que os flagelados fossem, de maneira explícita, classificados como bandidos ou ladrões.

A burguesia reconhecia a condição desesperadora dos sertanejos e procurava construir um projeto de isolamento mais sofisticado.

O discurso de socorro aos flagelados, na seca de 1932, pretendia indicar uma preocupação com a “civilização” desses indivíduos. Nos jornais, nota-se a constituição de um projeto que se mostra com intenções de disciplinar os retirantes, levando-lhes, em certa medida, a ordem e a moral que também a cidade dos ricos queria para si. Nesses enunciados, publicados sobretudo a partir de abril, não se apresenta um projeto que pretenda apenas isolar flagelados em locais de aglomeração. Vislumbra-se uma cidade que se quer revestida de pretensões modernizadoras, reprovando propostas que não se apoiem em elementos humanitários ou humanizadores. Nos jornais e em alguns documentos oficiais da época, o projeto, nem sempre bem definido, tenta enfrentar “o problema dos retirantes” a partir de um discurso que pretende garantir o controle e o disciplinamento dos corpos na medida em que busca ser humanitário e civilizador, ou seja, moderno, em sintonia com o progresso.

Quando a seca é deflagrada e a vinda de retirantes para a capital se coloca como fato visível, nota-se uma certa preocupação da classe dominante em estampar nos jornais o apoio a vários projetos para proteger a cidade de modo humanitário, ou melhor, sem ferir os valores de uma burguesia que se queria civilizada e civilizadora. A preo-

cupação com a sorte dos flagelados é um elemento sempre presente nas soluções propostas pelos grupos dominantes: “Numerosas famílias a mendigar de porta em porta e num estado de inspirar compaixão. Essa gente não tem o abrigo de um tecto, não tem assistência e vive a tãa nas arterias da cidade, abandonada a sua propria sorte. Julgaríamos necessário que a interventoria estudasse um meio de localizar essas familias e dar-lhes humana assistência(...)” (*O Nordeste*, 20/02/32)

Por outro lado, convém ressaltar que não é com a seca de 1932 que os ricos inauguram as medidas enérgicas para a retirada de mendigos ou doentes das ruas da cidade. Desde o final do século XIX, há uma prática de isolamento em relação ao trânsito dessas criaturas indesejadas pelas alamedas de Fortaleza.

A aplicação de práticas severas no controle dos pobres não coincidia apenas com os momentos de estiagem. A pobreza, sobretudo a partir do século XX, representava transtornos em qualquer período, de inverno ou de seca. Em diversos momentos, a cidade dos ricos declarou a caça e o aprisionamento de mendigos. No entanto, não se pode negar que as secas trouxeram significativos “aprendizados” nesse sentido. O flagelo de 1877 inaugura o primeiro asilo de mendicidade da urbe fortalezense.²⁴ A partir daí, as instituições de caridade foram se multiplicando: Casas de Pobres, Asilos para Mendigos e leprosários foram surgindo na cidade, ainda nos últimos anos do século XIX. Em to-

das essas instituições é possível observar os poderosos de Fortaleza empenhando-se na diminuição de pobres e miseráveis em suas calçadas e avenidas.

Nesta tradição de controle e isolamento de mendigos que ficavam a esmolar pelas ruas da capital, há um momento bem significativo relatado nos jornais do ano de 1923. O dia 17 de fevereiro foi consagrado pela “sociedade fortalezense” como o “Dia da Extinção da Mendicância”. A partir daquele dia tornava-se terminantemente proibido mendigar pelas ruas da “urbe alencarina”. Numa eufórica seqüência de matérias, *O Nordeste* anunciava o esperado dia em que a “civilização católica” mostraria mais uma iniciativa de benemérita caridade. Em 15 de fevereiro, esse jornal dizia que: “A chefia de Polícia, após entendimento com a direção do Dispensário dos Pobres, tem resolvido não permitir a mendicância nesta capital, a partir do dia 17 do corrente. Da referida data em diante, todo mendigo encontrado na rua a esmolar será, pela primeira vez, mandado apresentar aquela instituição e, na reincidência, conduzido à Delegacia de Polícia”.

A caça aos mendigos aparecia como um gesto caridoso. Em 1923, o mendigo não tinha a justificativa da fome desesperada, pois não era um período de seca. A polícia refere-se a ele como um elemento perigoso, sendo fichado na delegacia junto aos bandidos e ladrões. No dia 16, *O Nordeste* anuncia: “A diretoria do ‘Dispensário dos

Pobres' vae extinguir definitivamente a mendicância no próximo dia 17(...) Desta data em diante não haverá mais mendigos a esmolar pelas ruas da cidade(...)". Ao chegar o esperado dia do "triumfo da caridade", esse mesmo jornal destaca: "*Hoje, o Dispensário dos Pobres, mantido pela 'Liga de Senhoras Católicas Brasileiras', conseguiu realizar o seu antigo propósito de extinguir a mendicância das ruas de nossa capital(...)*". Dessa forma, procurava-se evitar "*o espetáculo de termos ruas e praças constantemente povoadas de mendigos, assim expostos a graves perigos de ordem moral.*" Assim, a cidade tentava dar prosseguimento aos seus intentos modernizantes, com "cada um no seu lugar".

No momento em que a seca de 1932 é declarada, a capital começa a tecer uma rede de relações com as quais se cria um cenário de terror. A imagem da preocupação com a seca e mais ainda com o flagelado dava respaldo e legitimidade aos projetos das elites para o controle da situação.

Os poderes públicos bem como a burguesia de Fortaleza entendiam que era urgente conter a força demolidora da multidão que chegava de todas as partes do Estado. Os retirantes vinham de muitos municípios do Ceará e até de Estados vizinhos. Ocupavam os municípios do interior e Fortaleza. Vale destacar que a periferia da cidade ficou muito maior durante esta seca.

O risco de ter o espaço urbano invadido pela "sombra sinistra da miséria" aparece seguido da compreensão

de que a situação é trágica, portanto merece a atenção da burguesia caridosa e civilizada. No meio de várias polêmicas, a construção de "Campos de Concentração" foi uma das idéias colocadas em prática pelos poderes públicos, para tentar salvar a cidade e os flagelados.

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete "Campos de Concentração" (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram "encurralados" milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933, foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu.²⁵

ACORDOS E POLÊMICAS

Instaurado o pânico, a pauta principal passa a ser outra: o que fazer com os retirantes. Diariamente, as classes dominantes de Fortaleza apresentavam, nos jornais, as suas opiniões. Diferentes interesses ajudavam a compor as críticas ao governo, na medida em que as sugestões para combater o flagelo iam sendo expostas em um campo de acordos e polêmicas.

Os cidadãos de Fortaleza esperavam, aflitos, as invasões. Em torno dos debates, nem tudo era divergente. A idéia de que a cidade não poderia conviver com os flagelados aproximava os grupos políticos. A Capital do Estado tentava erguer seus muros para deter a penetração do flagelo.

Como vimos, no início de 1932 chegaram os primeiros retirantes, a pedir esmolas. Os flagelados buscavam os bairros mais abastados. Afinal, a situação na periferia era tão calamitosa ou mesmo pior.

Ainda sem definir medidas concretas, alguns cidadãos começaram, em março de 1932, a insinuar os primeiros sussurros sobre a implementação de políticas de isolamento: “*O Governo precisa sem demora fixar os flagellados no interior, a fim de que não venham para esta capital, onde nem mesmo o recurso de embarcar lhes resta*” (*Correio do Ceará*, 04/03/32). A sugestão de fixar os retirantes no Sertão não aparece em contraposição à idéia da emigração. Nesta fase da seca, as classes dominantes queriam, antes de tudo, impedir a invasão descontrolada dos famintos. O desejo de fixar os flagelados no Sertão colocou em debate a idéia de criar os Campos de Concentração.

Um significativo indício para o entendimento do cenário polêmico e complexo construído em torno das discussões sobre a implementação dos Campos em Fortaleza, é a matéria do *Correio do Ceará*, do dia 19 de abril de 1932, que publicava uma carta introduzindo esta proposta no debate público de 1932.

Com o título “A seca e a saúde pública”, a carta lembra os “horrores da seca de 1915”, descritos pela “penna de Rodolpho Teóphilo”, o grande crítico do Campo de 1915²⁶. Reforça, em seguida, a lembrança deste empreendimento

como o principal foco de doenças e epidemias durante aquela seca. O cronista dá seqüência à sua avaliação com severas críticas às aglomerações de flagelados. Mas, para defender a proposta dos Campos de Concentração que, tudo indica, não tinham deixado boas referências, o cronista se debruça sobre as mudanças ocorridas na cidade de Fortaleza e, por conseguinte, nas concepções de seus “distintos cidadãos”.

Os novos Campos de Concentração deveriam ser interpretados a partir dos parâmetros de civilidade e modernidade que pairavam sobre os ares de Fortaleza no ano de 1932. Desse modo, argumenta que *“Deixar os retirantes dispersos, dificultaria extraordinariamente qualquer tipo de trabalho ou de assistência mais cuidadosa junto aos mesmos. Reunidos ficam mais sob as vistas do governo e portanto estarão melhor amparados”*.

Lembrando mais uma vez o perfil da Fortaleza limpa e moderna, o cronista ressalta que é fundamental diminuir o *“congestionamento dos famintos nas ruas da cidade a implorarem a caridade pública que, controlados pelos órgãos colectores, adquirem maior eficiência”*. Assegura que não se trata de um projeto que ignora “as marcas do passado”, mas que, a partir de novas concepções, procura *“amparar os flagelados considerando todas as precauções em defesa da saúde pública da cidade e dos retirantes”*. Finalmente, argumenta que as doenças nos Campos podem surgir, pois, *“por mais cuidados que as autoridades tenham,*

a falta de higiene natural nos flagelados será sempre grande(...)”(Correio do Ceará, 19/04/1932)

Nessa carta, observa-se um difícil caminho de argumentação para a defesa das Concentrações como medida necessária e correta. O discurso apresenta-se como civilizado e humanista. Revela-se como uma fala que não se mostra omissa, que não oculta aspectos errôneos do passado. A carta expõe os problemas do Campo de Concentração de 1915 para que esses não se repitam em 1932.

Em 1915, grande parte da população concentrada foi dizimada pela varíola. A migração para Fortaleza deu-se em grandes proporções, o que levou o poder público a elaborar a primeira versão dos Campos de Concentração. Nesta seca, as linhas ferroviárias já se estendiam largamente até o Sertão. Com isso, a vinda de retirantes para a Capital teve um aumento considerável. Enquanto os técnicos avaliavam que a proporção da seca não justificava tamanho êxodo, os retirantes continuavam a ocupar os trens que vinham para a cidade. Vale reiterar que não é somente a seca e seus desdobramentos, os fatores que atraem o sertanejo para a vida na cidade.

Nessa perspectiva, é fundamental entender essas medidas de controle dos retirantes como parte de uma “tradição” de isolamento dos pobres, pois a chegada de migrantes tem sido uma constante na história da cidade, sobretudo a partir do final do século XIX. Os Campos de

Concentração, entre outros esquemas de isolamento, fazem parte dos diferentes usos da seca pelos ricos na tentativa de melhor implementar seus projetos urbanos excludentes na Capital do Ceará no ano de 1932.

O mês de abril é marcado por tímidos comentários sobre as Concentrações em Fortaleza. Passada esta fase, os horrores retratados pela pena de Rodolpho Teóphilo sobre o Campo de 1915 foram, em certa medida, esquecidos. No final de abril, o Interventor do Estado relata o projeto dos Campos de Concentração. A justificativa apresentada em Relatório Oficial corresponde às preocupações do discurso humanitário das classes dominantes de Fortaleza em 1932: *“Para atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providências... Tratou o governo de concentrar os flagellados em pontos diversos, afim de socorrel-os com eficiencia e no tempo opportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no Município do Crato; Quixeramobim, no Município do mesmo nome; Patu, no Município de Senador Pompeu; Cariús, no Município de São Matheus; Ipú, no município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no Município de Fortaleza”*²⁷.

O Relatório Oficial não menciona a proteção da cidade diante da invasão de retirantes. A preocupação centra-se na saúde do flagelado que se desloca. No entanto, nos diversos jornais da cidade, os discursos são mais explícitos quanto aos interesses de resguardar a cidade.

Os sete Campos estavam oficialmente anunciados, todavia, as duas Concentrações de Fortaleza continuavam causando preocupações. O governo resolve, então, explicar melhor a localização dos Campos na Capital: *“Ante-hontem, reuniram-se em Palácio os administradores desse Estado. Nessa reunião ficou assentado que as Concentrações dos flagellados ficariam nas proximidades da praia, no trecho compreendido entre o Pirambu e o Porto, com o fim de prevenir medidas higiênicas.”* (O Povo, 05/04/1932)

As falas que procuram legitimar as Concentrações se utilizam do discurso médico. As comissões de higienistas que participavam do Departamento de Secas davam a essas medidas o caráter de verdade. O poder administrativo aliava-se ao saber científico, aclamado como produtor do “discurso competente”. A ciência procurava dar legitimidade aos projetos administrativos. Assim, o Estado tentava evitar críticas.

Conforme o imaginário do saber médico, a aglomeração desses flagelados em Fortaleza poderia dispersar doenças. Para tranquilizar os cidadãos mais preocupados, o Governo explicava que a localização dos sertanejos garantiria o necessário afastamento das zonas pobres.²⁸

Os Campos ficariam próximos dos bairros pobres da cidade. Afinal, os miseráveis habitantes da “malha urbana” pouco estranhariam as cenas trazidas pelos novos vizinhos. Era a cidade constituída, em grande parte, por migrantes sertanejos. Cidade que aumentava ainda mais o seu número de habitantes a partir daquele ano. A caminho de Fortaleza e em Fortaleza, o sertanejo pobre passa a ser visto como “classe perigosa”.²⁹

O projeto dos Campos de Concentração, que previa a diminuição da miséria pelas ruas da Capital, apresentava sinais de sucesso. Em maio, os comentários transcorriam sem muitos ardeios e sem grandes polêmicas. No jornal *O Povo*, o ilustre cidadão fortalezense Raimundo Gomes de Matos expõe as suas avaliações sobre os Campos: “(...) deixaram de chegar a esta capital comboios ferroviários especiais conduzindo quotidianamente míseros retirantes(...) Felizmente, nós, os moradores desta “urbs”, devido a clarividência das autoridades locais, estamos isentos de perigoso contacto com os flagelados que, agrupados em Campos de Concentração, alimentados, higienizados, são tratados até com relativo carinho.” (*O Povo*, 05/05/32)

Nos jornais de Fortaleza, vários cidadãos concordavam com os Campos de Concentração, reconhecendo que as ruas da cidade estavam mais tranqüilas e lembrando que os retirantes ausentes das ruas estavam em lugar digno, onde eram “alimentados, higienizados e tratados até com relativo carinho.”

As Concentrações constituíam-se como projetos baseados em um controle que procurava parecer o mais humanitário possível. Observa-se que tanto os discursos que apresentavam os Campos como proposta, quanto aqueles que já avaliavam os seus primeiros resultados, apoiavam-se em um projeto idealizado que apresentava o controle e a disciplina como um benefício para os famintos da seca, uma forma de salvar o pobre sertanejo da fome, da sede e da barbárie. Quase sempre, o discurso focaliza as Concentrações sem mencionar supostas vantagens para os retirantes concentrados.

O projeto dos Campos tinha, em certo sentido, alcançado os seus objetivos iniciais. Nos primeiros meses, as Concentrações ganham vários elogios nas páginas dos jornais. Seu divulgado sucesso é utilizado, também, para legitimar outras medidas severas de controle da pobreza na Capital. Em nota oficial, o Governo do Estado comunica e convoca os fortalezenses: “Tendo o Governo do Estado determinado a concentração dos flagelados que acorreram a esta capital em logar apropriado, onde lhe será garantido relativo conforto, resolve como medida complementar proibir os mesmos a esmolarem pelas ruas.” (*O Nordeste* 26/04/1932)

Segundo o Governo, a repressão à mendicância pelas ruas é legítima porque os mendigos têm lugar apropriado para ficar. “O relativo conforto” dos Campos torna-

va coerente a proibição oficial do ato de esmolar. Aqueles que não estivessem nas Concentrações seriam recolhidos das ruas. Contudo, o governo não deixava claro para onde iam os tais mendigos recolhidos.

Nos jornais, seguem-se como uma ladainha as matérias sobre os Campos de Concentração. No primeiro semestre de 1932, poucas eram as vozes que apresentavam oposição. Ao que parece, a emergência no controle desses indivíduos indesejáveis inibia críticas. Inicialmente, as elites pareciam satisfeitas com o resultado das Concentrações. Por outro lado, os Campos de Fortaleza sempre tiveram opositores. A aglomeração desmedida de famintos na cidade, ainda que em lugar fechado, não tranqüilizava a todos. O *Correio do Ceará* do dia 14 de abril de 1932 abre suas páginas para deixar falar a burguesia mais preocupada: *“Homens, mulheres e crianças desfilam aos nossos olhos em demanda dos Campos de Concentração. Assim, uma grande ameaça vae pesando sobre esta capital. Vamos assistir acontecimentos compungentes, se da parte dos governo federal e estadual, não forem tomadas providências as quaes desloquem da capital as grandes massas de flagellados.”*

A ameaça diante da multidão permanecia. Nesse sentido, defendia-se o isolamento de todos os retirantes no próprio Sertão. Ou seja: o isolamento não era o bastante. Era necessário que ele se fizesse distante dos olhos da burguesia.

Anúncios informavam sobre outras medidas que se tornavam possíveis com a formação desses Campos. Por exemplo: no mês de março de 1932, o interventor Carneiro de Mendonça proibiu o embarque de famintos para Fortaleza, alegando que já existiam Concentrações no interior do Estado, como o Campo do Buriti, localizado no Sul do Ceará. (Cf. *O Povo*, 03/05/32)

Os projetos de urbanização e modernização da cidade elaboravam Campos de Concentração, asilos, casas de pobres e dispensários para isolamento da pobreza. Como outras cidades que começavam a crescer seguindo os parâmetros de modernização capitalista, Fortaleza planejava ter os pobres em “lugares adequados”.

Não obstante, nem sempre o pobre ocupa o lugar previsto. Na luta por lugares dentro de uma cidade, confronta-se com as autoridades, obrigando-as a fazer constantes remodelações. O espaço urbano se constrói menos pelo planejamento idealizado e mais pelos embates e conflitos. As tentativas de fixação do flagelado no Sertão não tinham um êxito completo. Muitos retirantes chegaram à cidade e, além disso, não voltaram para o interior, apesar da distribuição de passagens e sementes.

Antes de mais nada, é importante entender que os Campos de Concentração não faziam parte dos serviços de trabalho e sim dos serviços de assistência. Pelo projeto idealizado, os concentrados receberiam comida sem a

obrigatoriedade do trabalho. Inicialmente, os Campos tinham grande aceitação nos jornais. O controle dos retirantes no Sertão vinha recebendo vários elogios. Entretanto, no final de maio, *O Povo* publica uma nota sobre o Campo de Concentração do Patu criticando a suposta ociosidade dos flagelados. Depois de uma detalhada apreciação sobre a estrutura física do Campo e sua admirável ordem, o jornalista faz o seguinte comentário: “(...) Nota-se, porém, logo a primeira vista, uma verdadeira desolação no seio da população concentrada. Todos anseiam por um trabalho em que possam ganhar os meios de subsistência. Preferem salários mais reduzidos à uma esmola mais abundante(...)” (*O Povo*, 25/05/1932)

Várias frentes de serviço encontravam-se em andamento no Sertão e na cidade. A superlotação nessas obras deixava de fora muitos flagelados. O propósito das obras de assistência era recolher somente aqueles que estivessem ainda ociosos. Assim, a situação estaria sob um maior controle.

O momento inicial projetava nos Campos a idéia de controle dos miseráveis. Tão logo esse controle, em certa medida, se estabeleceu, emergiram as críticas ao prejuízo pela pouca utilização dessa mão-de-obra. Cada jornal seleciona certos aspectos para construir a sua posição crítica diante dos Campos. Enquanto *O Povo* introduz o debate sobre a ociosidade nas Concentrações, *O Nordeste* se detém nas questões da moralidade: “(...) Ah senhoras nada é

tão doloroso como o lado moral do flagelo da seca(...)
Depois de uma seca, duplicava-se e reduplicava-se a prostituição nas cidades de maior ajuntamento de flagelados(...)
Ainda não entrastes, senhores, num desses arraiais, num Campo de Concentração de flagelados(...) havereis de ver ali os que exploram a miséria, os que atentam contra a honra da família, os que abusam da ingenuidade da donzela” (*O Nordeste*, 11/07/1933)

No debate sobre as Concentrações, é possível perscrutar o sinuoso movimento de vários interesses das classes dominantes: melhoramentos para a cidade, o controle dos pobres através de trabalhos ou isolamentos, propagandas dos grupos políticos que procuravam mostrar humanitarismo, civildade e civismo, bem como a troca de acusações e defesas entre facções políticas dos municípios nos quais havia Campos. Os jornais de Fortaleza publicaram, por exemplo, os conflitos entre os grupos políticos do Município do Ipu. Um cidadão que fazia oposição ao prefeito procurou a redação d’*O Povo* para expressar a sua indignação diante dos Campos de Concentração: “(...) Prossegue descrevendo o aspecto doloroso ali verificável para declarar que os seus dirigentes não desempenham com lisura as ordens recebidas. Aconselho a todo o povo do Campo, quando este for suprimido, a munir-se de um carvão e escrever nas paredes das casas e de muros naqueles em que vosso suor for gasto a troco de um naco de carne e mão cheia de farinha(...) Como

é notório no Ipu, o interventor Joaquim Lima tem colocado a sua parentela nos serviços dos Campos de Concentração abusando assim das normas revolucionárias". (Gazeta de Notícias, 13/01/1933)

O ponto central das críticas do opositor de Ipu não é o projeto dos Campos de Concentração, mas como ele está sendo conduzido: uma administração que nega as ordens da interventoria. Esse tipo de crítica ganha espaço político e ao mesmo tempo se mantém em acordo com o discurso da Capital. O que se critica não compromete o projeto das Concentrações. Ao contrário, reforça a sua importância. A crítica aparece como denúncia sobre a má administração. Com isso, o projeto das Concentrações - que não admitiria certas condutas - recebe mais uma avaliação que lhe confere legitimidade. Diante das denúncias, o Prefeito de Ipu se viu na obrigação de defender-se publicamente nos jornais de Fortaleza e todo o corpo administrativo do Campo foi substituído.

Com as primeiras chuvas de 1933, todos os jornais efetivaram uma forte campanha para o fim das Concentrações. Nesse momento, crescem as censuras. Nos jornais, observa-se uma avalanche de críticas e pedidos de dissolução dos Campos: *"O maior sacrifício porém - feito exclusivamente em favor desse Estado - é a manutenção dos Campos de Concentração por este Ministério e administradores pelo governo cearense, os quais nada produzem,*

uma vez que os centros de trabalho ainda não estão organizados para comportar todos os flagelados(...) A manutenção destes, depois que há vários trabalhos em andamento, parece-nos um erro(...)" (Gazeta de Notícias, 14/02/33) *"(...) As chuvas cáidas desde o dia 13 de janeiro, ininterruptas até esta data, já refizeram os Campos de pastagens(...) Permanece ainda como no auge da calamidade o governo a manter milhares de braços inactivos em barracos e barracões ante-higiênicos. Gesto de princípio humanitário, já hoje não mais se justifica."* (Gazeta de Notícias, 15/02/33)

Ao que parece, a emergência na dissolução dos Campos de Concentração era a mesma da sua edificação. As poucas chuvas que começaram a cair no Sertão já forneciam uma certa segurança para o seu fechamento. Pensava-se que a cidade não corria mais o risco de invasões.

As discussões sobre as Concentrações em Fortaleza já se adiantavam em sugerir o reaproveitamento desses espaços: *"(...) Perguntamos, então: ficará o Campo do Pirambu abandonado, sem outro aproveitamento dagora em diante? Serão retirados os seus pavilhões, sua capelinha, seu posto de saúde? (...) Achamos que não e, até, é possível que o governo do estado já tenha em mente alguma coisa a propósito(...)* cremos que o Campo de Concentração do Pirambú auxiliaria a solução do sério problema da mendicância, que de muito vem sendo objeto de

comentários e cogitações nesta capital(...) A mendicância precisa ser socorrida pelo poder público e este bem poderia transformar o antigo "curral do governo" num abrigo para os mendigos de toda sorte que andam pedinchando diariamente pelas ruas de Fortaleza, pondo a nú o aspecto deprimente desse problema que ainda está por resolver".
(Gazeta de Notícias, 25/02/33)

Com as chuvas, a mendicância na cidade poderia diminuir, mas certamente não iria acabar. A estrutura montada para o funcionamento do Campo de Concentração logo recebeu a sugestão de continuar o controle dos mendigos na Capital. Seria mais um espaço onde o controle se revestiria de amparo. Em geral, esses lugares se mantinham com os óbulos das caridosas famílias fortalezenses. Assim, dando uma contribuição periódica para a manutenção desse lugar, a cidade dos ricos poderia dormir mais tranqüila.

OS CURRAIS DO GOVERNO

"Se o progresso é a meta, para que estamos trabalhando? Quem é esse Moleque que, quando os trabalhadores dele se aproximam, acaba por repudiá-los... e que, como consolo às multidões exauridas e condenadas, (...) só oferece a resposta desdenhosa de que, depois de suas mortes, tudo será belo na terra?"

Alexandre Herzen³⁰

No final de junho, o grande número de concentrados nos Campos começava a preocupar as autoridades. Com pouco mais de um mês de funcionamento, as Concentrações apresentavam uma inesperada quantidade de sertanejos. Conforme as estatísticas oficiais, os dados eram os seguintes: 6.507 em Ipu, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em

Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariús e 16.200 no Crato, perfazendo um total de 73.918 flagelados. (Cf. *O Povo*, 30/06/1932).

Vale ressaltar que o número de flagelados detidos nos dois Campos de Fortaleza é expressivamente menor. Isso pode ser visto como um indício da eficiência dos outros Campos. Ou melhor: tudo indica que, depois dos meses iniciais e turbulentos (abril e maio), muitos flagelados não mais chegaram à capital porque ficaram presos nos Campos do interior. Os retirantes que alcançaram Fortaleza certamente foram aqueles que escaparam do controle exercido pelas Concentrações espalhadas no Estado.

Para chegar ao lugar onde habitavam os ricos da "Cidade do Sol", o retirante teria que transpor várias barreiras. A última muralha eram os dois Campos que estrategicamente se localizavam na própria cidade, afastados dos bairros nobres. Depois do erguimento dos Campos de Concentração, as ruas da "loura desposada do Sol" ficaram ainda mais isoladas do flagelo.

Tudo indica que foram as concentrações de Fortaleza os dois Campos nos quais houve um maior e mais eficiente exercício do poder disciplinar. Em várias reportagens publicadas nos jornais da Capital, percebe-se que as autoridades dedicavam uma especial atenção ao funcionamento desses dois Campos. Diante de um menor número de flagelados (em comparação com outros Campos), os

administradores das Concentrações de Fortaleza procuravam desenvolver um trabalho exemplar. Com efeito, esses dois cativeiros, assumiam, por vezes, a condição de duas vitrines diante das quais o visitante poderia ver a concretização desse projeto em moldes mais desejáveis. Como já foi posto em relevo anteriormente, esses Campos chegaram a fazer parte do roteiro turístico da "Noiva do Sol", conquistando elogios e doações de visitantes do "Touring Club".

Sobretudo depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no Município do Crato.³¹ O pavor diante da multidão crescia na proporção de sua extensão. O desejo de controlar os miseráveis também trilhava o caminho dessa proporcionalidade: quanto maior o número de flagelados, mais rigorosa era a vigilância.

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de "melhoramento urbano" de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro Campo. Os concentrados se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes.

Os flagelados eram vigiados durante o dia e a noite. Na Concentração do Patu, por exemplo, *“o serviço de polícia era feito por duas turmas com 36 homens, divididos em cinco postos durante o dia e seis no correr da noite”*. (Cf. *O Povo*, 25/05/1932).

Nos dois Campos de Fortaleza, a vigilância era efetivada por soldados do 23º Batalhão de Comando. Mas, nos Campos espalhados pelos Sertão, alguns guardas eram os próprios flagelados. Aqueles que aderiam mais rapidamente ao projeto de controle dos Campos eram colocados em postos de vigilância. Desse modo, os escolhidos eram expostos como homens premiados por suas condutas.

Alguns flagelados escolhidos para o serviço de vigilância superavam as expectativas previstas nos postulados do disciplinamento e acabavam se transformando em problemas para os administradores. Empolgados com o poder que passavam a exercer - ou seja, o poder de vigiar - muitos desses guardas começavam a causar “desordens”, pois tornavam-se demasiadamente agressivos e arbitrários no trato com os concentrados. Em tais circunstâncias, esses vigilantes entravam em dissonância com o projeto idealizado para o funcionamento dos Campos, que pretendia controlar o flagelado com base em um discurso civilizado e civilizador. Quando alguns casos de violência e desmando eram denunciados por jornalistas, os vigilantes envolvidos perdiam o cargo e voltavam à condição de meros concentrados.

Em algumas Concentrações, existia um lugar específico para o castigo e a punição exemplar. Nos relatos jornalísticos que descreviam detalhadamente a estrutura dos Campos, jamais se falou nessa prisão punitiva. Entretanto, nas memórias dos sertanejos que passaram por estes lugares, a lembrança do “sebo” tornou-se marcante. Conforme o depoimento oral do Sr. José Cassiano, dentro do próprio Campo do Buriti (no Crato) havia “uma espécie de cadeia para os desordeiros” e “era um cercado de madeira bem alto e seguro”. D. Maria de Jesus, que esteve por cinco meses na Concentração de Senador Pompeu, comenta que os rapazes deixavam que seus cabelos fossem raspados temendo o confinamento no “sebo”.

A punição realizava-se de maneira exemplar. A existência de um lugar para o castigo era mais uma estratégia no disciplinamento dos flagelados dentro das Concentrações. Mesmo que não fossem utilizados com frequência, somente pelo fato de existirem, esses lugares conseguiam fortalecer o controle dos flagelados através de uma intensificação da “pedagogia do medo”. Constituíam-se como uma espécie de autoridade inanimada.

Nos Campos de Fortaleza, esse tipo de punição era realizada de forma diferente. Nos casos de desordem, os flagelados eram encaminhados à delegacia, onde eram detidos. Em Fortaleza, “a rebeldia” e desobediência dos flagelados identificavam-se como “casos de polícia”.

No registro do "Rol dos Culpados" de Fortaleza, encontram-se alguns casos, como o de Francisco Alves de Freitas, 20 anos, acusado por revoltar-se com o destacamento do Campo de Concentração do Urubu; ou José Serafim de França, 34 anos, acusado por tentar revoltar os vigias do Campo de Concentração e, desse modo, perdeu seu posto de chefe da vigilância. Como essas, outras prisões de concentrados foram efetivadas na Delegacia Municipal de Fortaleza no ano de 1932. Essas prisões são indícios das formas pelas quais os sertanejos colocavam-se como sujeitos ativos em face das práticas repressoras. O projeto disciplinador dos Campos era efetivado de modo bastante conflitivo.

Em geral, os concentrados eram presos por roubo de comida ou algum tipo de afronta às normas morais. No "rol dos culpados" dos meses de julho e agosto de 1932, muitos foram detidos na polícia. A maioria dos casos é referente a embriaguez e posterior revolta contra os administradores e vigilantes do Campo. Nas Concentrações, os confrontos entre os flagelados e o poder público colocavam-se das mais diferentes maneiras.

A preocupação dos vigias era acima de tudo com a moral e a decência. Para a realização de um projeto assistencial, disciplinador e civilizador, era necessária uma vigilância redobrada sobre o comportamento sexual dos flagelados. Afinal, a imagem desse tipo de projeto ficaria

bastante comprometida se os considerados "atos indecorosos" chegassem a se impor entre os retirantes. Desse modo, "os casebres eram divididos em um pavilhão para os homens solteiros e outro para as viúvas e as famílias" (*Correio do Ceará*, 06/05/32).

Conforme a imprensa de Fortaleza, no Campo de Concentração do Matadouro³, "vinte homens com relativa instrução militar cuidavam de manter a ordem e o respeito entre os flagelados". Alguns jornalistas chegam a admitir que a alimentação tornava-se, em alguns momentos, bastante precária, no entanto, asseguram que "... no tocante à ordem e moralidade o serviço, nada deixa a desejar". Essas matérias reforçam a idéia de uma dedicação irretocável no controle dos flagelados. A comida e o remédio deveriam ser enviados pelo governo federal, mas aquilo que cabia ao poder interno, vinha sendo admiravelmente implementado. (Cf. *O Povo*, 16/04/1932)

Em todos os Campos de Concentração, foram erguidas capelas, que, além de abrigar as orações e alimentar a fé dos flagelados, eram utilizadas para reforçar a vigilância sobre os corpos. No Campo de Concentração do Ipu, o vigário Gonçalo Lima celebrava missas, casamentos e batizados semanalmente. Ao expor o assunto, o jornal *Correio da Semana* (05/11/1932) fez um comentário que pode ser visto como um significativo indício do imaginário das classes dominantes em torno da vida moral dos retirantes:

“Em um meio tão propício à corrupção dos costumes somente a ação constante do vigário e dos catequistas poderia manter a moralidade.”

O vigário Gonçalo Lima conta com orgulho que até o dia 24 de dezembro de 1932 já havia realizado 250 batizados, 35 casamentos e 1.600 comunhões no Campo de Concentração do Ipu. O dedicado padre constatou que poucos sertanejos se orientavam segundo os ensinamentos da “Santa Madre Igreja”, pois muitos casais viviam maritalmente sem o sacramento matrimonial e tinham seus filhos pagãos. O Campo era visto, também, como uma significativa oportunidade de introjetar nos flagelados a noção de pecado presente na união sem casamento oficializado pela Igreja.

Para a religiosidade dos sertanejos pobres, sacramentos como o matrimônio, não tinham a importância prevista pela hierarquia clerical. Acostumados a viver em lugares onde a ausência de padre é freqüente, muitos sertanejos desenvolveram suas experiências religiosas sem atribuir uma importância fundamental aos sacramentos. Suas vivências religiosas eram constituídas sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação dos sacerdotes, ou seja, eram compostas por uma tessitura de ligações com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, os agradecimentos e as orações. Para as mais remotas paragens da caatinga, o sagrado se constituía muito mais mediante o oratório doméstico que através de ritu-

ais comandados por um sacerdote. Desenvolvia-se, então, um catolicismo pouco ortodoxo para os olhos da Igreja.

Certamente, os números citados pelo Pe. Gonçalo Lima não representavam ainda a evangelização desejada pela Igreja. Os sertanejos não estavam dando aos sacramentos a importância desejada pelo Pe. Gonçalo. É possível supor que, se não estivessem encarcerados nos Campos, continuariam a viver sem esses sacramentos. Tudo indica que, no imaginário desses sertanejos, a ausência de alguns sacramentos não significa ter uma menor dignidade ou ser um católico pouco dedicado.

Com a presença quase diária dos padres nas Concentrações, alguns flagelados se empolgavam e casavam mais de uma vez. No registro dos concentrados que foram presos na delegacia de polícia de Fortaleza, alguns casos referem-se à prática da bigamia. O Sr. José Pedro de Lima, por exemplo, foi acusado de ter casado duas vezes no Campo de Concentração do Urubu. Depois de causar desordem e briga entre as duas esposas que moravam na Concentração, o Sr. José foi denunciado e preso. Além de ser uma explícita desobediência aos preceitos da Santa Igreja, talvez fossem também estimulados pela distribuição de enxovais aos casados. Alguns dos casais que recebiam o sacramento do matrimônio ganhavam um “enxoval” das “senhoras católicas” e de outras autoridades.

Mas, a Igreja também se apresentava para consolar as famílias e assegurar às almas o encontro com o pai celestial. Na seca de 1932, o obituário oficial registrou o número de 23.000 mortos. Como já foi mencionado, pelo registro de óbitos da Igreja Matriz do Município do Ipu, somente no Campo dessa cidade, havia diariamente uma média de seis a sete mortos.

A inatividade era considerada a grande inimiga da ordem e da disciplina. Com isso, os administradores dos Campos legitimavam a exploração abusiva dos flagelados nas mais diferentes atividades. A justificativa do administrador da Concentração do Ipu em relação ao emprego dos flagelados é um significativo indício para o entendimento desses serviços como parte das estratégias de disciplinamento: *“Os flagelados não podem ficar inativos um só momento. Todos eles têm que trabalhar seja em que serviço for.”* Conforme suas declarações, havia várias oficinas de trabalhos internos para os flagelados. Estes serviços eram diversos e ocupavam homens, mulheres e crianças: *“Além da constante construção de barracas, cerca de 500 homens trabalham no serviço de olaria, mas a oficina de carpintaria tem sido a mais importante pois todo o serviço de madeira de que precisa o Campo, é feito ali com uma habilidade digna de nota. Cama, cadeiras, confissionários, cacetetes para os guardas, tudo, enfim, é feito na carpintaria do Campo. Na alfaiataria são apro-*

veitados os sacos de gêneros e transformados em roupas para os concentrados. A barbearia também ocupa alguns profissionais e há ainda uma secção de funilaria, onde se fabricam lamparinas, canecas e outros utensílios usados nos campos”. (O Povo, 12/07/32)

Além dos trabalhos externos e de maior extensão, como estradas de rodagem, calçamento, calçadas, havia os trabalhos internos. O cotidiano dos flagelados era controlado de diferentes formas. Tentava-se atingir suas vidas em várias dimensões. Para os que se destacavam no trabalho, era dada a recompensa de uma melhor “ração” ou ainda uma “diária mínima”. Mas os concentrados nem sempre concordavam com essa remuneração, alguns se recusavam a receber esmolas pelo seu trabalho e se rebelavam contra a administração dos Campos. Eram presos na delegacia da cidade e outros conseguiam fugir das Concentrações.

Os jornais publicavam crônicas denunciando a postura desses “rebeldes” como malandragem. Em geral, os textos tinham o mesmo título: “A diferença entre o flagelado e o Malandro”. Tentava-se apresentar determinada postura como a definição do flagelado. Aquele que rompesse com o “modelo” seria classificado por outros adjetivos. O Povo, de 28 de abril de 1932, reforça esse modelo de “flagelado exemplar” nos seguintes termos: *“Vem se verificando, nos Campos de Concentração, conforme nos declarou o próprio Sr. Interventor Federal – que alguns flagelados robustos, escolhidos para*

diversos serviços, recebendo a diária mínima de três mil réis, se recusam a trabalhar(...)Esse fato exige repressão. Se o retirante está em boas condições orgânicas e gosa saúde deve corresponder aos bons propósitos oficiais, desde que lhe ofereçam trabalhos de acordo com suas aptidões(...)mas nos Campos sempre que houver trabalho remunerativo, não haverá lugar para a malandragem.”

Outro aspecto relevante é o nome com o qual os flagelados batizaram os Campos de Concentração. Chamavam de Cural do Governo. Na vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como bichos. Na memória de muitos sertanejos, o curral foi mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os despossuídos.

Os administradores também organizavam as formas de diversão dos concentrados. No Campo de Concentração do Matadouro formou-se até “uma orquestra e um corpo de bailarinos entre os flagelados”. Os jornais anunciavam com entusiasmo “*a disposição dos pobres infelizes para a alegria e o divertimento*”. Além disso, muitas apresentações de jograis e corais infantis eram realizadas nos Campos³³.

Além do lazer esquemático, o flagelado se divertia a seu próprio modo. Muitos depoentes contam que, à noite,

quando todos os flagelados terminavam seus serviços, se reuniam e entoavam cantigas, faziam desafios e repentes. Tocavam instrumentos e dançavam. Como lembra o Sr. Francisco Lima: “a gente sempre dava um jeitinho de animar aquela vida difícil”.

MÉDICOS E CURANDEIROS

“Uma enxaqueca. A tia Joaquina promptifica-se em fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta velha! Deixem-na na inocente ilusão da sua credence! Mas não deixem sofrer inutilmente a mocinha. Um ou dois comprimidos de Cafiaspirina serão o bastante para allivial-a dessa terrível dôr de cabeça”. Acompanhado do desenho que mostra uma “preta velha” com ramos de arruda tentando curar a jovem enferma, esse texto publicitário dos remédios *Bayer* era amplamente divulgado pela imprensa de Fortaleza no início dos anos 30. A “Cafiaspirina”, em contraposição ao mundo da “inocente credence”, aparecia nas páginas do jornal *O Povo*, quase diariamente, ao lado de “reclames” que procuravam despertar o desejo do consumo dos “artigos modernos” e várias outras propagandas de remédios, como o fortificante

“Neo-necatorina” - indicado para a “doença da preguiça” - ou o “Elixir do Dr. Nogueira”, que poderia curar feridas, espinhas, úlceras, reumatismos, manchas na pele, escrófulas ou quaisquer “males do sangue”.

O saber científico procurava disseminar a legitimidade da ciência em um universo que apresentava, muitas vezes, uma teimosa resistência às fórmulas científicas, ancorada na fabricação dos “remédios caseiros” ou na prática das benzeduras. Atacar a benzedura foi uma das estratégias encontradas pela indústria farmacológica, que tentava atingir a cidade e os confins do Sertão.

Além de figurar nos periódicos da capital, as promessas da *Bayer* conseguiam, em certa medida, penetrar pelos caminhos da caatinga. Alguns depoentes contam que os cartazes com esse tipo de mensagem eram fixados nas paredes dos estabelecimentos comerciais ou mesmo nas casas de fazenda. Desse modo, a indústria dos “remédios científicos” tentava fortalecer a luta dos médicos contra as tais “bruxarias”. Mas, na experiência curativa das populações rurais, os remédios da farmacologia faziam pouco sucesso. A persistência dessas propagandas de combate aos remédios da tradição revela que a opção pelo tratamento “mágico” das curandeiras e benzedoras muito perturbava o mercado farmacológico, como também a atuação dos médicos.

Nos jornais de Fortaleza, sempre apareciam reportagens ou artigos sobre a nobre missão da medicina, bem

como sobre as “crendices” que eram consideradas empecilhos para os verdadeiros profissionais da cura e da prevenção, ou seja, os médicos. No *Gazeta de Notícias* do dia 04 de fevereiro de 1933, havia, por exemplo, um artigo intitulado “Os Guardiões da Saúde”: “(...) *Entre as múltiplas formas de atividade, algumas são para a coletividade tão indispensáveis quanto as funções vitais do organismo. Tal é a função do médico, seja agindo como higienista, seja actuando com a sua ‘arte de curar’. (...) Não esqueçamos: a saúde é a vida e só vive integralmente quem tem saúde. Esta noção geral, entretanto, não é tomada por todos na sua verdadeira latitude. Há quem julgue que as mezinhas têm o poder de restabelecer a saúde milagrosamente, assim o doente só contribui com atos inteiramente propensos a deturparem a ação dos medicamentos e exaltarem o trabalho morbigênio.*”

Contudo, no dia 23 de março de 1933, “D. Raimunda de Tal” desafiou, com seu prestígio de curandeira, o poder do Dr. José Jacome. Sua presença fortalecia a resistência dos flagelados em obedecer às normas sanitárias impostas pelo médico. Perturbado com a situação, Dr. José Jacome resolveu usar a imprensa para fazer sua denúncia: “*Sr. Diretor (setor de saúde pública), peço-vos conseguir o afastamento, desta área, da curandeira Raimunda de tal que vem interrompendo os serviços de assistência, prejudicando ainda mais a saúde dos pobres ignorantes que dão cré-*

dito as suas bruxarias e beberragens aplicadas aos doentes”. (*O Nordeste*, 23/03/33)

Convencer os flagelados a seguir os novos códigos de conduta não era tarefa fácil. As “vítimas da seca” negavam-se, muitas vezes, ao “adestramento”. De várias formas, rebelavam-se contra o poder administrativo dos Campos de Concentração ou de outros locais de controle do flagelo.

“D. Raimunda de tal” não era um adversário fácil. O primeiro apelo do Doutor foi insuficiente para mantê-la afastada. A batalha entre a ciência e as crenças dos flagelados permanecia visível nos jornais da cidade. Tornou-se necessário um novo conjunto de denúncias e apelos do Dr. Jacome: “*O serviço de vacinação, anti-variolice e anti-tifo tem sido bastante prejudicada, visto a referida brucha aconselhar ao povo a não aceitar as vacinas, dizendo serem prejudiciais à saúde. Espero que o ilustre chefe, como autoridade, tomará enérgicas providências aos fanáticos da Terra*”. (*O Nordeste*, 26/03/33)

Nesse trecho, o Doutor entende que a atitude não é apenas individual - da D. Raimunda - e sim uma rebelião coletiva. Pede providências não somente para a tal “brucha”, mas também, para seus seguidores, os “fanáticos da Terra”. No Campo de Concentração ou outros locais de controle, os flagelados dependiam da alimentação distribuída para sobreviver, mas nem por isso obedeciam a todos os mandos do poder. Encontravam na experiência dos seus

próprios saberes a motivação para negar o saber imposto.

Mas afinal, como terminou a história de “D. Raimunda de tal” e seus seguidores? Para resolver o problema do médico, foi necessário convocar a polícia a fim de intimidar a “tal curandeira” a se retirar “daquele lugar de tanto atraso”, pois, de acordo com a avaliação do doutor, seu poder, enquanto cientista e benfeitor, estava visivelmente ameaçado. Constrangido e decepcionado, o Dr. Jacome conta que a fama da “brucha” era tanta que até alguns funcionários da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas estavam procurando o seu serviço mágico.

Conforme o relatório do Dr. Jacome, quando os flagelados eram interrogados sobre o porquê de suas crenças em torno do poder taumátúrgico da velha “brucha”, contavam uma história bem conhecida por todos na aglomeração de flagelados: “D. Raimunda é uma Santa enviada por Deus. Ela faleceu, e depois de 24 horas voltou a Terra por ordem de Deus e com poderes de curar ou predizer a morte de quem lhe consultar” (*O Nordeste*, 26/03/33). Com esse relato, explicitamente hagiográfico, os flagelados passavam a ignorar, quase completamente, o discurso dos médicos que exigiam o fim das crenças nos poderes sobrenaturais.

Todas as semanas, os jornais de Fortaleza noticiavam que comissões dirigidas por enfermeiros, sanitaristas e médicos deslocavam-se da capital para os Campos de Concentração. Os profissionais da saúde sempre deixavam

o registro de suas impressões nos periódicos da cidade. O discurso médico era constantemente solicitado pelos jornalistas. Além de ser a voz mais autorizada para falar da situação dos retirantes, o portador do saber científico sobre a saúde e a doença era visto como o verdadeiro dono do diagnóstico sobre os males e perigos da cidade, capaz, também, de indicar a solução mais eficiente. No discurso da cultura letrada, o saber médico possuía considerável prestígio. Para os arautos da ciência médica, o dever do poder público poderia ser dividido em duas partes complementares: “higiene e instrução”.

Nos jornais da época, era comum encontrar registros sobre práticas religiosas dos pobres na cidade ou no meio rural. A experiência do sertanejo com a seca era mais um motivo que esses profissionais da notícia encontravam em suas incursões pelo mundo do misticismo, ou melhor, pelo universo de “práticas pitorescas” do “povo inculto”.⁵ Um dos vários exemplos dessa forma de tratar a religiosidade do Sertão é a reportagem que foi publicada pelo jornal *O Povo* no dia 24 de maio de 1932. O desprezo diante do outro, que é supostamente a imagem do oposto (do completamente diferente), começa a se expressar a partir do título “Um meio fácil de explicar a Sêca”: “Desde Sábado que tem caído abundantes chuvas nessa cidade. Essa mudança de atmosfera em São José de Mipibu foi atribuída a causas sobrenaturais. É corrente que um menino alí resi-

dente tivera uma 'visão' na qual lhe diziam que a atual falta de chuva era ocasionada pela retirada que há algum tempo se fizera do cruzeiro outrora existente em frente da Matriz local. A insistência na divulgação da notícia fez algumas pessoas prometerem a reposição da cruz aludida. Isto feito, logo na noite de Sábado iniciaram-se as chuvas que se prolongam durante todo o dia. Como se vê, apesar das dificuldades do momento, a população não descança quanto a propagação de suas crendices”.

Para o sertanejo, não só a cura guardava relação com as forças do sagrado. A realização de determinados rituais religiosos poderia, também, acabar com uma estiagem. Realizar procissões, promessas ou roubar a imagem do santo da Igreja e só devolvê-la com a chegada das chuvas eram práticas de fundamental importância nas estratégias de combate à seca. E, nessa perspectiva, a noção de êxito da estratégia possui características próprias. Mesmo sem o sucesso desejado, o sertanejo não abandonava sua fé. Em linhas gerais, a fé continuava produzindo esperança e arrefecendo as dores. A religiosidade era uma das formas de enfrentar as agruras da vida sem chuva. Desse modo, enfrentar não é somente tentar acabar com a estiagem, mas, também, dar um sentido plausível para a seca ou para o ritual que produziu ou não o efeito esperado, ou seja, que trouxe ou não a dádiva das chuvas.

O discurso da higiene servia de justificativa para quase todos os (ab)usos do poder durante a seca de 1932. Contudo, esse poder em evidência na imprensa não era plenamente respeitado nas aglomerações dos miseráveis. As revoltas e resistências dos flagelados se manifestavam sobretudo contra as regras que se referiam às tentativas de controle por parte dos médicos e higienistas, pois os sertanejos procuravam se livrar das doenças através de seus próprios meios.

“Quem bebe a água do santo fica curado”. Esta era uma das manchetes d’*O Nordeste* de 14 de março de 1933. O jornal relatava que, numa aglomeração de flagelados do distante município de Timbaú, um “velho taumaturgo vinha curando sofrimentos da vista, pulmões, rins e outras doenças”. Revelando poderes curativos, o velho conhecido como João de Deus conseguia reunir vários sertanejos para beber da sua água milagrosa.

Ao ser indagada sobre os milagres do velho taumaturgo, D. Maria José Guedes, garantiu, diante do jornalista, que era uma das favorecidas: “*Eu era completamente cega e agora estou enxergando muito bem*”. Certamente, não cabe aqui levantar questões sobre a veracidade do depoimento de D. Maria ao jornal. Interessa, apenas, pôr em relevo a força de suas palavras na reafirmação e recrudescimento de uma opção própria na busca da cura, na relação com a doença. D. Maria valoriza o seu universo

de crenças mostrando sua funcionalidade diante do **estranho jornalista**. Desse modo, D. Maria assegurava que sua forma de procurar a cura era visivelmente eficaz. Subjacente a isso, estava a negação da ciência médica ou pelo menos do monopólio desse saber sobre os corpos.

Um dos principais conflitos entre os flagelados e os controladores dos Campos girava em torno de visões diferenciadas diante da doença e da cura. Para o sertanejo, a cura deveria ser operada por outros meios. Na cultura dos que deveriam ser submetidos aos padrões do saber médico, os males do corpo guardavam íntima relação com as forças do sagrado. Nessa perspectiva, o costumeiro caminho para a cura era pedir ajuda a um intermediário entre Deus e os homens. Em linhas gerais, é possível identificar três grupos de mediadores: os santos da proteção, os curandeiros e os rezadores.³⁵

No catolicismo vivenciado no Sertão, ser devoto de um santo é reafirmar que o mundo tem sentido, ou melhor, que a vida está inserida em uma complexa tessitura de protetores e protegidos. Além disso, ser devoto é, também, compor ou improvisar táticas de sobrevivência.³⁶ Essa experiência religiosa é, em certa medida, uma das formas pelas quais os fiéis procuram resolver os mais variados problemas do cotidiano, uma das maneiras de enfrentar as agruras e desafios colocados pelo viver. Vale lembrar que “o milagre popular é a mostra de efeitos simples de trocas de

fidelidades mútuas entre o sujeito e a divindade...Ele não é a quebra, mas a retomada ‘da ordem natural das coisas’ na vida concreta do fiel, da comunidade ou do mundo...”³⁸

Esses comportamentos confrontavam não só o saber médico, mas todos os poderes da classe dominante representados nestas Concentrações, na medida em que o discurso da higiene era apropriado por todos os poderes repressivos. Ou seja, aqueles que se julgavam civilizados falavam em nome do saber médico/científico. Nessa perspectiva, os flagelados estavam cada vez mais distantes daquele tipo de civilização e tornava-se mais difícil a implementação de estratégias de disciplinamento dos corpos. Aos olhos das classes dominantes, em períodos de seca, as classes pobres mostravam sua periculosidade com maior nitidez, pois tornavam-se mais doentes e mais ociosas.³⁹

No seu depoimento para os arquivos do CPDOC, em fins da década de 70, José Américo de Almeida, que em 1932 era Ministro da Viação e Obras Públicas, lembra que a tarefa mais difícil era aplicar a vacina nos flagelados: “A vacinação contra o tifo e a desintéria era obrigatória, mas para vacinar era preciso até amarrar os flagelados.”⁴⁰

Em novembro de 1932, o chefe do serviço de assistência médica do Campo de Concentração do Ipu foi ao jornal *O Correio da Semana* para, mais uma vez, falar sobre a difícil tarefa de doutrinar os flagelados na “lei da higiene”. Com um discurso ríspido e indignado, o médico

afirmou que não entendia as razões pelas quais os flagelados apresentavam tanto “pavor” diante do “isolamento necessário”: *“Podem calcular o quanto é árdua a tarefa de higienizar uma gente sem a menor noção de sanitarismo. Resultou deste terrorismo plebeu que o sarampo invadiu a Concentração, apesar das enérgicas medidas empregadas. Verificou-se ainda que muitos casos eram escondidos na ocasião da visita dos médicos e seus assistentes. Até mesmo crianças sarampentas eram envolvidas totalmente em lençoes, dando a impressão de um amontoado de pannos velhos. Felizmente uns gemidos abafados partidos de certo embrulho revelou o artil dos apavorados... Deante desta rebeldia seria inevitável que o sarampo atingisse às proporções a que chegou.”*

Os flagelados tentavam fugir das normas sanitaristas de várias maneiras. Quando as explicações sobre suas crenças não eram suficientes, recorriam a outros procedimentos. A prática de esconder-se ou esconder crianças para evitar a vacinação era comum. Muitas vezes, os jornais da capital noticiavam a reclamação assustada das mocinhas enfermeiras que eram enxotadas dos casebres onde entravam para dar as lições de higiene. Os médicos chegavam a admitir que esse tipo de rebeldia era quase incontrolável. Muitos destes profissionais consideravam o sertanejo um ignorante sem solução. O “terrorismo plebeu” deixava os profissionais da saúde visivelmente perturbados.⁴¹

A reação de repulsa dos flagelados diante da ciência médica revela que a mensagem sanitarista era também pouco conhecida entre os habitantes do Sertão. Tudo indica que, somente no momento da seca, com o isolamento dos miseráveis, a medicina tentava uma aproximação mais definida com os sertanejos. A imposição de novas formas de relação com o corpo significava para esses retirantes um redimensionamento geral no seu modo de viver. Ao negar a intervenção dos médicos, “o concentrado” estava defendendo o espaço do seu corpo, ou melhor, delimitando as fronteiras da sua corporiedade, em face das autoridades. A invasão do seu corpo era uma violência ou uma ameaça contra a sua própria vida.

Vale lembrar que o objetivo do discurso médico não era simplesmente inculcar nos indivíduos a legitimidade do diagnóstico da medicina ou o poder curativo do “remédio científico”. A fala dos cientistas, em sintonia com valores do capitalismo, procurava criar um novo indivíduo, um corpo saudável e disciplinado para a produção, dentro de uma determinada moralidade.⁴²

A disciplina que tentaram implementar nestes Campos de Concentração é um indício do modo pelo qual o flagelado era visto. Para as classes dominantes, o retirante era tido como uma ameaça e ao mesmo tempo uma força produtiva de grande valor, como já foi discutido anteriormente.

A constante reclamação dos médicos em relação à resistência dos flagelados diante da vacina acabava revelando aspectos da cultura dos retirantes que associavam medicina científica e força demoníaca. Nos jornais, os médicos sempre comentavam o medo que a vacina ou outros exames despertavam nos retirantes. Para muitos, a vacina seria a causa da doença e não a sua cura. Conforme os jornalistas d'*O Povo* (18/04/1932), quando um médico conseguia vacinar os flagelados, muitos procuravam lavar o braço e ficavam esfregando o lugar da picada com grande força, gritando que a vacina em nada adiantaria, pois conseguiriam arrancá-la de seus corpos. Ao seu modo, o sertanejo fez a sua "Revolta da Vacina".

Vale ressaltar que o "barbarismo" dos retirantes caracterizado, entre outras coisas, por estas atitudes, podia ser visto também em outras classes sociais. Em 1932, muitas famílias ricas tinham o seu curandeiro de confiança e nem sempre o médico era o primeiro a ser solicitado em caso de doença. É plausível supor que as considerações médicas sobre as atitudes dos flagelados nas Concentrações procuravam, também, afastar as distintas famílias dessa "ignorância". Afinal, o saber médico tentava estabelecer ou fortalecer o poder da ciência no meio urbano. A mensagem supostamente direcionada aos "concentrados" queria atingir uma extensão bem maior que esse indócil conjunto dos flagelados.⁴³

Quando vistas em uma "história a contrapelo", as "miseráveis e enfermas vítimas da seca", retratadas nos jornais, revelam-se de outro modo. Ou seja: são indivíduos que se manifestam ativamente diante das normas disciplinares impostas nas concentrações. Nos Campos de Concentração não aconteceram grandes batalhas, mas o dia-a-dia nesses lugares indica que os flagelados se confrontavam freqüentemente com o poder que pretendia ditar as normas de convivência nos Campos. Ao fim e ao cabo, esta era a grande batalha: a luta pela sobrevivência e o enfrentamento peculiar aos poderes instituídos.

PÃO E PODER

Para as classes dominantes, uma das piores consequências da seca era a chamada “desordem social”. O movimento migratório dos famintos aparecia como uma bomba que poderia explodir a qualquer momento. Sobretudo para os comerciantes do ramo de alimentação, a multidão de flagelados era uma ameaça de causar arrepios. Diante desse iminente perigo, tornava-se necessário restringir (e em alguns casos eliminar) a utilização do seguinte princípio, mais ou menos aceito por todos: “roubar para matar a fome não é crime”.

Com a construção dos Campos de Concentração e a implementação de outras políticas de assistência, como as frentes de trabalho e o incentivo à migração para outros Estados (com a distribuição de passagens), procurava-se mostrar que o sertanejo contava com várias alternativas para

matar a fome. Desse modo, a possibilidade do roubo tornava-se menos aceita. Diante das ajudas, roubar alimentos seria crime e não um ato legítimo de quem passa fome.

Mas, para os sertanejos pobres, as ajudas do Governo não eram suficientes e o roubo continuava sendo legítimo, apesar da repressão. Nos códigos da tradição, ou melhor, na cultura dos sertanejos pobres, o roubo é, em princípio, um crime. Porém, nem todo roubo é condenável. Para os despossuídos, como para os potentados, o roubo para matar a fome é mais ou menos aceito. Como foi visto anteriormente, os ricos ameaçados pelos saques sempre utilizavam a fome como princípio legitimador dos roubos e assaltos coletivos. Na medida em que eram explicadas como atitudes espasmódicas, ou seja, sem um conteúdo político mais definido, os motins dos retirantes recebiam uma caracterização, em certo sentido, menos ameaçadora.⁴⁴

No “Rol dos Culpados” de Fortaleza, referente ao ano de 1932, há vários nomes de retirantes que foram presos sob acusação de furto de alimento. Na ficha nº 394, do dia 16 de junho, Luiz Costa Ribeiro foi acusado de ter roubado “alguns cocos de um cercado particular”. Em outra ficha, desse mesmo mês, Miguel Pereira de Paula, “reconhecido como agricultor”, teve seu nome registrado aí por roubar “um cacho de bananas da Mansão do Patronato”. Muitos outros casos foram descritos: roubo de galinha, carne de gado ou uma lata de leite. Todos os acusados eram de

Municípios do interior do Ceará ou de outros Estados. Além de ser um indício da existência de alguns flagelados no centro da cidade (apesar da grande vigilância e do aprisionamento nos Campos de Concentração), esses registros do “Rol dos Culpados” podem ser vistos como repressão a um hábito mais ou menos comum no mundo rural.

Sobretudo nos momentos em que a multidão se apresentava como uma potência visível, a repressão a certos hábitos do sertanejo se colocava como uma medida para torná-lo menos ameaçador e mais dócil diante da civilização que ansiava por modernidade. O sertanejo deveria entender que um alimento (como o coco ou a banana) é propriedade privada e que, portanto, não deve ser tocado sem permissão. Ao apreender essas noções de propriedade, o sertanejo estaria apto para tornar-se força de trabalho, de certo modo, mais disciplinado.

No jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 10 de janeiro de 1933, foi noticiada a revolta de um flagelado no Campo de Concentração do Pirambu, “*que chegando até os carros de alimento puxou um canivete e encheu a bolsa que conduzia...*”. De acordo com o jornalista, “*essa ocorrência de nada vale, mas o pior é o exemplo. Espalha-se a notícia e daqui a pouco todo sujeito de maus instintos vai querer brincar de valente e se apossar do que não é dele...*”

O caso noticiado pela imprensa mostra a preocupação das autoridades em relação ao mau exemplo deixado

pelo flagelado. Se o concentrado estava plantando a semente do mal, era preciso cortá-lo na raiz. A revolta manifesta no roubo da comida poderia ser um caminho de fácil adesão por parte dos miseráveis. Esse caso configurou-se indiscutivelmente como crime. Além dos elementos já apresentados, o acusado também sofria o peso da manifestação solitária, o que dava à ocorrência um nome específico para acusação. Tudo indica que contra este flagelado nada foi feito, pois o “revoltado” conseguiu fugir do Campo e nunca mais foi visto. Entretanto, o rigor na distribuição do alimento e a vigilância foram intensificados em todos os pavilhões do Campo de Concentração do Urubu.

Nos saques coletivos, havia uma dificuldade legal para a caracterização de um crime, como é o caso do roubo de “charque”, acontecido no município de Orós, em janeiro de 1932. Conta-se que, ao parar na estação, o trem ficou rodeado por uma multidão de famintos amedrontando os funcionários da Rede de Viação Cearense. Com pouco tempo, um dos retirantes adiantou-se e forçou as portas do vagão. Em seguida, os outros se aproximaram. Criou-se, então, um ambiente de grande tensão e dramaticidade. A multidão atacou o carregamento, arrombando as portas dos vagões e, diante da perplexidade dos funcionários da estrada de ferro e de alguns soldados, levou 48 fardos de charque para longe da praça.⁴⁵

Os jornais anunciavam que carne, arroz, feijão, farinha e leite tinham qualidade e eram distribuídos em quantidades satisfatórias. Com isso, a administração do Campo fortalecia a noção de crime em face dos roubos de alimentos realizados dentro das Concentrações. Entretanto, os flagelados mostravam-se pouco “adestrados” no entendimento desses princípios. Tudo leva a crer que o roubo de comida, por parte de alguns concentrados, não significava somente uma indignação em relação à distribuição de alimentos, mas poderia indicar, também, uma revolta mais ampla, ou seja, uma manifestação de repúdio ao poder repressor.

Uma semana depois da citada revolta “solitária” do concentrado, três retirantes foram presos, “*acusados de haverem (...) influenciado no animo dos famintos dali para atacarem a estação ferroviária e retirarem os gêneros alimentícios*” (*O Povo*, 14/04/32). Diferentemente dos ladrões de cocos e bananas, essa ação foi realizada pela multidão. Foi necessário selecionar indivíduos que deveriam receber a punição exemplar. Entretanto, nada pôde ser feito contra os três flagelados pois, conforme o advogado de defesa, “*a lei não poderia imputar a três pessoas um ato cometido por uma multidão*”.¹⁶

Muitos retirantes se submetiam ao disciplinamento de suas vidas diante da necessidade de receber os gêneros alimentícios. Por outro lado, a distribuição da comida é uma dimensão central nas tensões entre concentrados e ad-

ministradores, caracterizando o roubo ou a recusa da alimentação como revoltas de amplo significado.

Nessa perspectiva, a fome era ao mesmo tempo o elemento de controle e descontrole da multidão. O argumento da necessidade do alimento para sobreviver era utilizado pelos poderosos na tentativa de despolitizar o movimento, mas, por outro lado, dava aos pobres justificativa satisfatória para as revoltas e os motins contra os ricos. A criminalidade dos roubos de alimentação era bastante discutida pelos ricos na medida em que a culpabilidade dessas ações coletivas implicava, em certo sentido, na caracterização do motim como uma ação que não é simplesmente “espasmódica”, ou de “instinto da sobrevivência”. Havia, portanto, profundas ambigüidades em torno das formas pelas quais o roubo de alimentos era interpretado.

A relação da comida com o poder se expressava também na arquitetura das cozinhas dos Campos de Concentração de Fortaleza. Conforme a descrição dos jornais, o acesso à cozinha era constituído por um grande corredor estreito, onde os flagelados se comprimiam para receber a “comissão”. (C.f. *O Povo*, 16/04/1932). Desse modo, era possível implementar uma disciplina mais rígida na distribuição do alimento. Tudo indica que esse momento apresentava-se como um dos mais difíceis no controle dos flagelados. Conforme reportagem d’*O Povo*, a distribuição da “comissão” no Campo de Concentração do Ipu era feita

“com máxima ordem pois há um feitor para cada 50 chefes de família”. (O Povo, 12/07/32)

Nas lembranças do Sr. Francisco Lima, a cozinha era o pior lugar do Campo de Concentração de Ipu. Durante o seu depoimento, gravado em maio de 1996, Seu Francisco sempre voltava a falar daquele local de produção e distribuição de comida. Em 1932, tinha onze anos e era o responsável por trazer diariamente as correspondências endereçadas ao Campo de Concentração. Sua descrição sobre a cozinha é relevante para o entendimento do exercício do poder nestes lugares. Numa memória que remonta à sua infância, a imagem daquele espaço causava medo e desconfiança. Na construção da lembrança, ele relata que *“A cozinha parecia o inferno. Pra acabar de esculhambar os homens tinham um avental de couro vermelho. Aqueles homens tudo mexendo os tachos, as comidas...Era um fogo danado, aqueles homens brigavam com os pobres que chegavam e tinha uma cerca para evitar a invasão...Antônio Quixadá que era o responsável pela distribuição da comida, vivia bebendo e aí era que a cozinha virava um inferno, ele brigava com todo mundo.”*

Nas recordações do Sr. Francisco, a descrição da cozinha se aproxima da sua imagem de inferno. Ele recompõe esta lembrança solicitando da memória uma certa vivência que mistura seu olhar de criança com uma situação atual. A imagem é de uma cozinha desorganizada e violenta, ou melhor, um lugar de tensões e conflitos.

Antônio Quixadá, o responsável pela distribuição da comida no Campo do Ipu, aparece no relato de Sr. Francisco como a imagem do diabo. Nos jornais, o tal demônio foi várias vezes denunciado como um dos envolvidos nos desvios de gêneros alimentícios. Conforme as acusações amplamente divulgadas na imprensa, Antônio Quixadá agia em conluio com o interventor do Ipu, o Sr. Joaquim Lima. Um dos denunciantes afirmava que esses senhores vendiam para os comerciantes da cidade os alimentos destinados ao Campo, tornando a “ração” da Concentração ainda mais precária.

No sertão, é comum se ouvir dizer que os grandes beneficiados com a seca são os responsáveis pela distribuição da comida. Quando a seca acaba, muitos desses indivíduos constroem um estabelecimento comercial destinado à venda de alimentos.

BANHEIROS, BARBEARIAS E RELÓGIOS.

Nos relatórios de jornalistas que visitavam as Concentrações, e no comentário dos médicos, publicados nos jornais de Fortaleza, observa-se uma repetida ênfase sobre a existência de banheiros nestas Concentrações. No relato que fizeram os jornalistas d'*O Povo* em visita ao Campo de Concentração do Urubu (ou Pirambu) em abril de 1932, contam que o Inspetor de Higiene fez questão de levá-los, primeiramente, aos banheiros, descrevendo atenciosamente o funcionamento do que parecia ser um dos lugares privilegiados para o disciplinamento dos flagelados naquele Campo: "*As instalações sanitárias compõem-se de vinte sentinas, igualmente separadas, dez para cada sexo,*

sentinas com obturação hidráulica submetidas a descarga geral, efluindo para o coletor que dá vazão, no esgoto das oficinas de Urubú." (*O Povo*, 26/04/1932)

Sabe-se que o sertanejo costumava realizar suas necessidades fisiológicas no próprio quintal de sua casa, entre as folhagens de um cajueiro ou qualquer outra árvore baixa e frondosa. Nas Concentrações de Fortaleza, o flagelado era obrigado a mudar o seu comportamento. Deveria sentir-se envergonhado por não usar o banheiro para as evacuações. Na perspectiva da civilização baseada no saber médico, o homem deveria ficar distante de seus excrementos. Com efeito, o concentrado deveria incorporar novos parâmetros para definir o nojo. Para o sertanejo, o lugar dos dejetos fecais eram os arredores de sua casa. Não havia necessidade de banheiro.

Esse contraste entre noções diferenciadas na relação com os excrementos e a idéia de nojo era uma das grandes tensões cotidianas dos Campos de Concentração. Enquanto os "inspetores de higiene" procuravam, a todo custo, mostrar a insubstituível função das "sentinas", os sertanejos mostravam-se pouco motivados para abandonar seus hábitos tradicionais. Muitos concentrados usavam o aparelho sanitário, enquanto outros decidiam continuar com seus hábitos, criando toda sorte de conflitos.

Ao ser entrevistado por jornalistas do *Correio do Ceará*, em março de 1932, o inspetor de higiene do Campo

de Concentração do Urubu falou com detalhes e entusiasmo sobre a existência e a organização dos banheiros: “São todos muito bem fechados e foram construídos com madeira serrada, cobertos de zinco novos e muito bem feitos. Aqueles dois que ainda não foram totalmente cobertos não estão funcionando.” Ao passarem pela frente dos banheiros, os jornalistas receberam do Inspector a seguinte informação: “este é o banheiro ‘Major Manoel Tibúrcio’, este chama-se ‘Senhoras da Caridade’, este é o ‘Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça’...” (Correio do Ceará, 06/05/1932). A homenagem a grupos ou pessoas importantes era figurada nos banheiros. Nesse sentido, é possível imaginar que esses lugares da higiene pessoal constituíam-se como templos do sanitarismo nesses Campos de Concentração.

O momento do banho ganhava, respeitando as especificidades, ares de sacralidade em todos os Campos. Na Concentração do Tauape (Otávio Bonfim ou Matadouro) mulheres e crianças banhavam-se vestidas numa lagoa que ficava junto ao Campo. Entretanto, os higienistas afirmavam que neste momento - precisamente às cinco horas da manhã - formava-se um cordão de vigilantes para impedir qualquer tipo de indecoro ou de molestamento àquelas mulheres.

No meio rural, homens, mulheres e crianças banhavam-se vestidos e juntos. Ao que parece, esse momento

tinha muito mais o sentido do lazer que do asseio pessoal. Nos Campos de Concentração, tentava-se inculcar uma nova maneira de pensar sobre o momento do asseio pessoal a partir da noção de vergonha. O banho, fosse realizado em banheiros ou açudes, deveria caracterizar-se como um momento de foro íntimo dominado pela idéia civilizada de moral, pudor e rapidez.

Os jornalistas d’O Povo, numa tentativa de romantizar a cena, acrescentavam que as mulheres sentiam muita satisfação naquele momento, pois o encontro com a água traria de volta a lembrança do “sertão querido”. A descrição chega a imagens cinematográficas: “A lagoa, com as suas águas frescas e azuladas parecia atenuar a tristeza daquela gente...Dava gosto ver as sertanejas lembrando-se dos bons invernos e nadando a largas braçadas na superfície da Lagoa”. Mesmo se ocupando largamente com a satisfação do banho, os jornalistas acabaram registrando o incômodo que causava nessas senhoras a constante vigilância do banho e da lavagem de roupa. Com um tom irônico, que procurava produzir o riso a partir de informações sobre “a vida do povo”, os jornalistas chegam a reproduzir o “falar do sertanejo pobre”: “Num sei pru qui é qui os diabo desses guarda num larga da gente.” (O Povo, 16/04/32) Era difícil para o sertanejo entender o motivo de tanta vigilância ao redor de uma prática costumeiramente realizada no Sertão.⁴⁷

O controle sobre o corpo do flagelado se manifestava em variadas dimensões. Depois da entusiasmada informação sobre os nomes dos banheiros, o Inspetor de Higiene do Campo de Concentração do Urubu convidou os jornalistas do *Correio do Ceará* para um passeio pelo pavilhão da cozinha, lugar onde receberiam as seguintes explicações: “*Depois do banho das cinco horas, é feita a chamada para o café, cada chefe de família possui um cartão com o número de pessoas de seu lar, a chamada é feita pela ordem nominal do livro de registro de entrada, recebendo cada um o seu quinhão. Às 11:00 horas começa a distribuição do almoço: carne fresca, arroz, feijão, farinha, tudo em ordem, de sorte que nunca houve nenhuma reclamação...*” (*Correio do Ceará* 06/05/1932)

Pela explicação do inspetor, imagina-se que a organização e a distribuição alimentar eram perfeitas. Na sua atenciosa descrição, o higienista põe em relevo a importância das horas. Enfaticamente chama a atenção para o desenrolar das atividades sempre em horários determinados. A tentativa de disciplinar o flagelado se afigurava, também, pela apresentação de novas formas de pensar o tempo. Não se dividia o tempo em manhã, tarde e noite, mas em horas. Ou seja, não era mais o cantar do galo que anunciava o raiar do dia e a hora da janta não seria definida pelo pôr-do-sol.

O desejo dos administradores do Campo em mostrar o “adestramento temporal” dos concentrados tornava-

se visível em todas as narrativas sobre o cotidiano dos “misseráveis” nesses centros de confinamento. Vale ressaltar, portanto, a perfeita organização que o Inspetor tenta demonstrar na sua descrição sobre “o dia do flagelado” no Campo de Concentração do Matadouro: “*No Campo de Concentração do Matadouro todos os que nele estão localizados, tem o seu trabalho diário. Pelo acordar, às 5:00 horas, todos têm que tomar o seu banho. Primeiro os homens e em seguida as mulheres. Na volta, recebem o seu café da manhã. As crianças, pela manhã, nas suas barracas são entregues o leite e o mingau. Depois do café, às 6:00 da manhã, os homens vão para o trabalho, que compreende: serviço de vigilância, cozinha, construção de barracas entre outros. As mulheres, depois do café, recebem sabão e vão lavar as roupas. Às 12:00 horas há o almoço geral. À Noite há um chá para as crianças (...)*” (*Correio do Ceará*, 06/05/1932). Além de revelar indícios sobre os ideais do Inspetor em relação à marcação do tempo, essa narrativa mostra que havia uma preocupação em torno da divisão entre trabalhos para homens e para mulheres.

Um outro elemento que ganha relevo nestas descrições é a fabricação e o uso do sabão para a lavagem de roupa e para o banho dos flagelados. *O Povo* enfatiza que, para o banho, “*o Campo dá sabão em abundância*”. Em outra matéria, ressalta que um dos principais serviços internos dos concentrados era a fabricação de sabão com as

sobras de banha das reses que ali eram mortas para a alimentação. Na intenção de fortalecer a idéia do banho e outras atividades como higiene corporal, a ênfase ao uso do sabão era fundamental. A água não era, portanto, o único elemento de limpeza e “purificação” dos corpos flagelados. Nesse sentido, esse produto ganha ênfase no significado da limpeza. Com base nos esclarecimentos de higienistas desde o final do século XIX, é plausível supor que a presença do sabão fortalecia a prática do banho como higiene corporal.

A raspagem dos cabelos masculinos foi outra norma sanitaria que causou recorrente insubordinação entre os concentrados. Em todos os Campos existia uma odiada barbearia. Para cumprir as ordens, os homens eram praticamente arrastados até lá. Os desobedientes eram de algum modo punidos. Para os obedientes, haveria o prêmio de alguns cigarros ou fumo. Mas, nem mesmo a premiação causava o efeito desejado pelos fiscais do Campo. A maioria dos homens continuava resistindo. Os casos de revolta dos sertanejos em relação a esta medida aparecem nos jornais com ares de comicidade. Em visita ao Campo de Concentração do Matadouro, localizado em Fortaleza, uma equipe do jornal *O Povo* observa com ironia o pedido dos flagelados pela manutenção da barba. A essa matéria deram o seguinte título: “Episódios pitorescos no Campo de Concentração do Matadouro.” (*O Povo*, 28/04/32)

Atualmente, sertanejos que conseguiram escapar da seca de 1932 sempre falam sobre as regras de higiene nos Campos. Em entrevistas realizadas durante o mês de julho de 1997, os depoentes lembram as normas do corte de cabelo sempre fazendo referências ao perigoso “piôli Lelé”. Sr. Mauro, Sr. Geraldo e Sr. Joaquim contaram que todos os homens repudiavam o corte do cabelo. Logo em seguida, disseram que, na Concentração, apareceram uns piolhos enormes. Para esclarecer sobre o tamanho do piolho, mostravam o dedo indicador esticado. O tal ácaro ficou tão famoso que até ganhou um nome: “piôli Lelé”. Pelos depoimentos, esse piolho parecia assustador. Por outro lado, quando eu perguntava se eles tiveram ou viram esses piolhos, a resposta também se repetia: “Não, eu nunca tive, nem vi, mas todo mundo, dizia que tinha.”⁴⁸

Além de considerar que os depoentes não queriam se mostrar como “piolhentos”, é possível suspeitar que os médicos disseminaram essa história para causar medo entre os flagelados e assim facilitar o trabalho sanitário. Aliás, essa prática baseada numa “pedagogia do medo” se repetia com significativa frequência. Muitas vezes, os médicos apareciam no imaginário dos “concentrados” como homens cruéis e perversos, capazes de envenenar e matar os flagelados.⁴⁹

Muitos flagelados acreditavam que o número de mortos nas Concentrações era resultado do envenenamen-

to da comida por parte dos sanitários. Em geral, os personagens mais indesejados pelos flagelados eram o médico e o sanitário. Com isso, muitos concentrados reafirmavam um sentimento de repúdio diante das “novas” normas de convivência impostas naqueles espaços. Além disso, defendiam a sua cultura com as armas de que dispunham, confrontando-se, sobretudo, com aqueles que simbolizavam o poder nos Campos de Concentração, ou seja, os representantes do saber médico-científico.

ISOLAMENTO E PODER

“(...) A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece por um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível”.

Euclides da Cunha⁴⁹

Campos de Concentração era o nome oficial desses lugares, entretanto, os retirantes chamavam-nos de curral do Governo. Esta era a interpretação dada pelos indivíduos que experimentaram essa forma de isolamento e exercício de poder. A estrutura desses lugares remetia os retirantes para uma imagem muito familiar: currais para o aprisionamento e posterior abate dos animais. Era assim que se sen-

tiam os flagelados, como o gado com rédeas curtas. Essa foi a forma encontrada pelos ricos para manter “a sombra sinistra da miséria” longe da “iluminada cidade do sol”. Unidos em um discurso legitimador, os poderes e os saberes se empenhavam em tranquilizar, na medida do possível, a cidade que se incomodava com a pobreza.

Neste estudo sobre os Campos de Concentração como formas de isolamento e poder em face da pobreza que penetrou a cidade de Fortaleza durante a seca de 1932, foi possível refletir sobre o espaço urbano a partir de suas tensões e complexidades históricas. E durante toda a trajetória de pesquisa esse espaço se revelou extremamente comprometido com as ações daquilo que podemos considerar uma espécie de personagem fundamental à história de Fortaleza e, em particular, dos flagelados. Trata-se da seca.

Por isso, estudar esses Campos de Concentração entre outros espaços de controle urbano em 1932, implica refletir sobre a multiplicidade de usos da seca. Assim, por exemplo, perscrutar a história das práticas de isolamento da pobreza em 1932 é perceber o quanto elas evidenciam a historicidade do assistencialismo no Ceará. Ou seja: as formas pelas quais se exerce a caridade da burguesia cearense, considerando como a seca se compõe nessa prática caridosa a partir dos interesses de grupos políticos.

Além disso, analisar as tessituras dessas práticas de isolamento e poder durante a seca de 1932 permite um en-

tendimento maior sobre o processo de urbanização da cidade de Fortaleza e suas formas de exclusão da pobreza, dando visibilidade às maneiras pelas quais os pobres desafiam esses poderes e conquistam espaços no mundo urbano. Pois as secas foram e ainda são os momentos de maior confronto entre pobres e ricos no Estado do Ceará.

Refletir sobre o isolamento e poder no Ceará é, também, pensar a construção do turismo em Fortaleza: suas primeiras coordenadas e a inserção da mão-de-obra do flagelado no processo de embelezamento e constituição dessa cidade para o turismo. O retirante não só ajudou a construir mais rápido alguns projetos urbanos como também assumiu a condição de objeto de consumo para turistas: suas cantorias, seus versos de cordel, seu artesanato e a própria imagem do sertanejo como um dos *tipos* do Ceará.

Perseguir essas práticas de isolamento e poder é, ao mesmo tempo, uma forma de perceber a construção do termo flagelado como sinônimo de nordestino e coitado. O retirante transmuta-se em flagelado e passa a ser utilizado como fonte lucrativa para as elites do Estado. Como dizia José do Patrocínio, no seu romance *Os retirantes*, publicado em 1879, “a seca tem sido inverno para muita gente”.⁵⁰

Interpretar a constituição desses espaços de isolamento e exercício de poder é também perceber a prática de confinamento dos incômodos como parte de uma tradição das elites cearenses. Com maior ou menor rigor no contro-

le, o aprisionamento dos que incomodam é uma prática de grande recorrência seja com um discurso mais explícito ou com argumentos dissimulados. Por isso, analisar as relações que tecem o cotidiano desses espaços de isolamento, possibilita o encontro com um outro flagelado, pouco explorado nas pesquisas e na literatura sobre a seca. Ou seja: um flagelado que não é só pacífico ou passivo e que, nas relações cotidianas, experimenta uma série de táticas de “resistência” em face das estratégias de dominação.

Assim, estudar a cidade de Fortaleza como esse território de tensão e conflito, é, antes de tudo, um instigante diálogo com os modos pelos quais os retirantes construíram, a partir das suas vivências conflitivas, outras definições para as práticas de confinamento que o Governo chamava de socorro e amparo. Os espaços que as elites apresentavam como “lugares apropriados e até confortáveis para o amparo às vítimas da seca”, eram, para os retirantes, o “Curral dos Flagelados”.

Finalmente, este estudo sobre as práticas de isolamento e poder na seca de 1932 é também uma tentativa de tornar menos opaca a diversidade de combinações que foram possíveis em Fortaleza (e que, em certa, medida ainda o são) entre um fator considerado natural, “a seca”, e as necessidades culturais, as ambições econômicas e políticas, os receios comerciais e as diversas disputas urbanas. Permite, ainda, a compreensão de que não é somente a conquista do equilíbrio da natureza que interessa aos homens, mas, por vezes, seus excessos, tais como seus momentos de seca.

NOTAS

¹ Berlin, Isaiah. *Limites da Utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p.23.

² Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*. (54ª ed.) São Paulo: Record, 1984. P. 126.

³ Muitos sertanejos são devotos de S. José, padroeiro do Ceará. O dia de São José apresenta-se como o anunciador de um bom inverno ou de uma seca: se chover nesse dia é sinal de inverno; se não chover, muitos sertanejos perdem a esperança e começam a abandonar o sertão. O dia do Santo também é analisado por cientistas, claro, com outras interpretações. Trata-se do equinócio de outono que inicia no dia 21 de março, fornecendo informações meteorológicas sobre o inverno. Contudo, o saber dos sertanejos se baseia na experiência cotidiana com a natureza.

⁴ No livro *A Seca de 1915*, Rodolfo Teófilo avalia que, depois das ferrovias, os retirantes resistiam menos tempo no Sertão. Além disso, assegura que os sertanejos conseguiam chegar a Fortaleza com uma condição física consideravelmente boa, diferente de secas anteriores. Com seu olhar de higienista, diz o seguinte: “Pensei encontrar aquelas figuras tão minhas conhecidas nas secas passadas, esqueléticas, repelentes; mas enganei-me. Os retirantes estavam gordos, fortes e rosados”. (Teófilo, 1980:51) Por outro lado, é preciso considerar que essa descrição de Rodolfo Teófilo faz parte de um conjunto de argumentos que procuravam mostrar que a seca de 1915 não havia sido uma grande calamidade. Há, sem dúvida, um exagero em suas palavras.

⁵ Sobre o percurso compreendido pelas Estradas de Ferro do Ceará ver: Ferreira, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité*. Fortaleza: Edições UFC, 1989.

⁶ Para alguns autores, como é o caso de Thomaz Pompeu Sobrinho, as ferrovias não traziam benefícios ao Sertão; ao contrário, acabariam degenerando a pureza do sertanejo, considerado tantas vezes símbolo nacional. Nesse sentido, as ferrovias “integrariam os sertanejos na órbita da vida social e viciosa das cidades litorâneas”. (Sobrinho, 1982: 34)

⁷ Atualmente, o discurso de aperfeiçoamento do turismo em Fortaleza serve de argumento para muitas obras. Recentemente, a cidade inaugurou um moderníssimo aeroporto internacional. A prioridade de tal obra se colocou em evidência com o uso de argumentos, de certa forma, semelhantes aos que fundamentaram as melhorias do Porto de Fortaleza em 1932.

⁸ Esse mesmo mercado de frutas, assinalado nas páginas do jornal como vergonha urbana, em 1896 era considerado uma das edificações fortalezenses mais higiênicas e afinadas com o estilo arquitetônico europeu. Entre outros, este caso é um valioso exemplo de que o progresso urbano de Fortaleza se projeta por inovações sucessivas.

⁹ Cf. Araújo, Raimundo. *Poetas do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1989, p. 31.

¹⁰ “O dispositivo Constitucional de 1934 estabelece: Art. 190 - A defesa contra os efeitos das secas no Nordeste obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá, com as obras e serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento de sua receita total”. (Cf. Aguiar, Pinto de.

Nordeste - o drama das secas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983)

¹¹ As medidas governamentais relacionadas ao uso da força de trabalho do flagelado ganham significativa importância nesta seca. De acordo com o relatório de presidente de Província Cel. Estelita Pessoa: “Dar ocupação as classes laboriosas, empregando-as em trabalho de utilidade pública, e utilizando essas forças individuais, inactivas e sem destino foi um pensamento que converteu-se em opinião, e uma opinião que converteu-se em derredor de si a adesão geral ao voto solução - o atenuar a crise por meio do trabalho, tirando partido dos socorros públicos para realizar melhoramentos de incontestável proveito, bem como casas para quartéis, cadeias, escolas, matrizes, etc.” *Fala com que o Exmo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, Presidente de Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 02/07/1877*.

¹² A primeira versão do Porto de Fortaleza começou a ser construída em 1860. Durante a seca de 1877 foi uma obra bastante solicitada, mas somente em 1891 teve sua primeira versão concluída. Em 1932, o empenho pela reforma e incremento do Porto era freqüente. Já nos primeiros meses de seca, despontou como uma das principais solicitações para o melhoramento da cidade. Aprovaram-se verbas para o início da obra, no entanto a avaliação de um engenheiro, enviado pelo Governo Federal para examinar as necessidades do empreendimento, resultou na suspensão das atividades de reforma do Porto ainda em maio de 1932 (Cf. *O Povo*, 11/05/1932). As solicitações de retomada das obras tornaram-se constantes durante o ano de 1933, mas de nada adiantaram.

¹³ “O orgulho urbano medieval exprime-se nesse desejo de saber, de construir em direção ao céu”. A verticalidade seria, portanto, umas

das formas mais poderosas da imaginação medieval pois estabelecia ligação mais imediata entre os homens e Deus. Com base nas ponderações de Le Goff, nota-se que a construção do Exelsior era mais uma expressão da Fortaleza moderna, entretanto, o discurso de admiração para com o tal edifício remonta ao ideário medieval sobre as altas construções. Ver Le Goff, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1988. (prismas).

¹⁴ Vale ressaltar que um dos artigos do código de 1879 estabelece o surgimento de um novo personagem na cidade: o Inspetor de Quarteirão. O inspetor de Quarteirão era o indivíduo encarregado de descobrir os fugitivos da vacinação. Quando desvendava os indisciplinados do seu quarteirão, o inspetor deveria fornecer uma guia que encaminhava para a vacinação. O Inspetor deveria, também, perseguir o senhor de escravos que não levava os seus negros para vacinar.

¹⁵ Além de traçar com maiores detalhes a fachada das edificações, o tamanho das calçadas, os materiais de construção e a largura das ruas, o código de posturas de 1879 ampliava, de modo explícito, a vigilância dos poderes médicos. Dando maior espaço para as práticas de higiene, o novo código orientava regras para a limpeza da cidade, proibia a criação de certos animais, regulamentava lugares adequados para os dejetos fecais, reforçava os cuidados com a compra e venda de gêneros alimentícios e fortalecia a obrigatoriedade da vacinação.

¹⁶ O saber higienista ganhou, no final do século XIX, espaço institucional. Os diferentes poderes urbanos - governo e burguesia comercial - passaram a utilizar o discurso da higiene como a “solu-

ção de todos os problemas”, tais como: ruas mal alinhadas, avenidas estreitas, pobres dispersos, casas e prédios mal feitos. Com a institucionalização da higiene, o seu discurso passa a ser também um representante governamental. O Sr. Caetano Estelita Pessoa, em seu relatório administrativo referente ao ano de 1877, anuncia: “*Em quanto as leis da hygiene não forem consultadas e seguidas como o elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias (...) não será possível contemplar um estado sanitário sempre lisongeiro e afastar os olhos desses males que tomam posição na lista dos sofrimentos humanos*”. (Relatório do Presidente de Província Cel. Estelita Pessoa, apresentado à mesa administrativa no dia 02/07/1877). As medidas governamentais em face da seca de 1877 foram legitimadas, sobretudo, pelo “poder da higiene”. Nesta seca, largos passos foram dados no aperfeiçoamento das práticas de controle dos retirantes na cidade.

¹⁷ Foucault, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 1996, p.10.

¹⁸ O estudo de Jean Delumeau sobre “O Medo no Ocidente”, traz contribuições importantes para uma reflexão sobre a construção do medo em face de um determinado grupo social. Sobre o medo que a sociedade francesa criou em torno da mendicância no século XVIII, Delumeau reflete sobre a criação do hábito de temer os mendigos, discutindo os modos pelos quais os boatos sobre seus crimes e perversidades ganhavam rápida credibilidade. O historiador adverte que, para entender o medo, era necessário averiguar o processo de construção de repúdio e pânico em face dos habitantes das ruas. Nesse sentido, infere: “Para compreender o Grande Medo, era preciso lembrar esse longo passado e esse pesado passivo. Se, na época, todo mundo acreditou nos salteadores, é que se tinha, com ou sem razão, o hábito de temê-los.” (Delumeau, 1989:201)

¹⁹Durval Muniz, em seu estudo sobre as secas incidentes no período de 1877 a 1922, apresenta a seca como construção de um discurso que fornece a projeção da imagem de um Nordeste vitimado pelas desgraças climáticas, para justificar o pedido de recursos destinados à região. Com efeito, a intempérie de 1877 aparece como o grande marco da construção do conceito de seca, quando todo o país sensibiliza-se com o que acontecia no Nordeste. Cf. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste". In: *Revista da ANPUH*. São Paulo: Marco Zero, v.14, 1994.

²⁰ "O compadrio era um parentesco definido pelo acordo entre os pais e os futuros padrinhos. A partir de um convite, um casal aceitava a adoção de um afilhado. Ao ser batizado, o novo membro da cristandade ganhava um casal de padrinhos, que deveria dar a necessária proteção ao afilhado, do qual recebiam atenção e obediência. Os pais e os padrinhos da criança transformavam-se em compadres e comadres. Nascia uma espécie de irmandade de ajuda mútua baseada em laços de confiança e respeito." RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O Verbo Encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ; Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1998, p.45.

²¹ De acordo com Régis Lopes "o protetor (que, nos padrões ideais deveria proteger) nem sempre protege. A relação do deve ser transformada em não ser. O afilhado ou subordinado, nesse caso, é inserido em um território não desejado, fora do mundo da decência e da dignidade. O apadrinhamento é um princípio básico, mas guarda dimensões de certa rebeldia dos afilhados, sobretudo quando a dominação chega a determinados níveis de exploração ou violência. Afinal qualquer tipo de dominação gera, de alguma forma, certa astúcia no viver do dominado. Portanto, é preciso perceber o compadrio como um campo de

experiências sociais feito de acordos e conflitos, nem sempre explicitados." RAMOS, Francisco Régis Lopes, Op. Cit, p. 47.

²²De acordo com E. P. Thompson: "cuando el pueblo busca una legitimación de la protesta, recurre a menudo a las regulaciones paternalistas de una sociedad más autoritaria y selecciona entre ellas aquellas partes mejor pensadas para defender sus intereses del momento. Thompson, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*, Op.cit p.45.

²³ Seguindo a trilha dessa reflexão, José Carlos Barreiro infere que alguns governadores das províncias, ao serem informados sobre saques aos seus palácios, reagiam com uma aparente piedade e reconhecimento da legitimidade sobre tal ação. Reproduz, assim, a resposta de um governador de Província no final do século XIX ao tomar conhecimento sobre a "invasão" de sua propriedade: "Pobre Camarada! Deve ser muito grande a sua fome que ouse arriscar-se entrar no jardim do seu Governador. Não lhe façam mal". Na sua reflexão, José Barreiro observa o seguinte: "Pior do que punição, a estratégia de luta contra tal forma de resistência foi, neste caso, a de esvaziar o substrato essencial do acontecimento, ligado à ação do saque". Ou seja: houve um esvaziamento do conteúdo político da ação. (Barreiro, 1998: 15)

²⁴ Theófilo, Rodolfo. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

²⁵ Livro de óbitos da Igreja Matriz do Município de Ipu.

²⁶ A primeira experiência com Campos de Concentração em Fortaleza se deu na seca de 1915. Ressalto principalmente a novidade da nomenclatura, pois vale salientar que organizações semelhantes, em-

bora mais rudimentares, foram implementados na seca de 1877/79 com os chamados abarrancamentos. Sobre o campo de 1915 ver, também, Raquel de Queiroz em *O Quinze*.

²⁷ Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal (Cap. Roberto Carneiro de Mendonça) 22/09/1931 a 05/09/1934 - Ceará-Fortaleza.

²⁸ Na seca de 1877, a cidade chegou a receber retirantes que representavam mais do triplo de sua população. Conforme Rodolpho Teóphilo, “Em dezembro de 1878, tinha Fortaleza 160 mil almas, sendo destas 120 mil de retirantes.” (Teóphilo, 1980:97) Em diversos pontos da cidade havia aglomerados de famílias erguendo casebres de palha. Foi nesta seca que a cidade elaborou os primeiros ensaios de um controle mais sistematizado para os retirantes. O governo estabeleceu locais determinados para o recolhimento dos flagelados. Esses locais eram chamados de abarrancamentos. Alguns abarrancamentos aglomeraram os sertanejos a barlavento (no leste). Segundo Rodolpho Teóphilo, este local foi escolhido de modo imprevidente. (Teóphilo, 1980: 102) Colocava-se em risco a parte da cidade onde moravam as famílias mais abastadas. A aglomeração dos retirantes deveria, portanto, situar-se a sotavento (no oeste). Geralmente, os ventos correm na direção leste-oeste. Logo, as doenças trazidas pelos retirantes se espalhariam para o resto da cidade. Uma teoria médica muito difundida no período era a de que as doenças eram transmitidas fundamentalmente pelo ar, os chamados miasmas.

²⁹ Para uma discussão sobre o uso do termo “classes perigosas” ver: Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.20-29.

³⁰ *Apud*. Berlin, Isaiah. *Limites da Utopia: capítulos da história das*

idéias. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 25.

³¹ Vale salientar que entre os sete Campos de Concentração podemos perceber algumas distinções na estrutura arquitetônica. Por exemplo, alguns eram cercados de forma circular e outros recebiam uma conformação mais quadrangular; entretanto, havia uma estrutura básica presente em todos os Campos: posto médico, cozinha, barbearia, casebres separados por família.

³² No relatório de Inspectoria é anunciado a construção de dois Campos em Fortaleza em locais denominados Otávio Bonfim e Urubu. Nos jornais, Urubu e Pirambu são tratados como sinônimos, entretanto, há uma certa confusão em relação ao Campo do Otávio Bonfim, pois o outro Campo citado nos jornais é o Matadouro e se localizava onde hoje é o Bairro Damas. Em uma única matéria encontrei a referência de um Campo denominado Tauape. Suponho que sejam o mesmo: Matadouro, Otávio Bonfim e Tauape. Entretanto é possível supor ainda a existência de um terceiro Campo que não foi mencionado no relatório da Interventoria.

³³ Nesses relatórios poucas vezes as crianças são mencionadas, em geral, ou aparecem para legitimar o emprego da sua mão-de-obra nos diversos serviços ou algumas atividades consideradas lazer, como esses corais infantis

³⁴ Como ressalta Cristina Wissenbach, “... na descrição das condições de vida de trabalho das classes populares, jornalistas autoridades médico-sanitárias e policiais, homens da ciência e autoridades eclesiásticas tornam-se extremamente discursivos quando, nos inícios do século XX, narram ou refletem sobre fatos relativos às práticas e crenças mágico-religiosas presentes nas cidades brasileiras da época. (...) Diante da profusão de narrativas, muitas delas repetitivas,

não é possível deixar de imaginar que seus autores, ao colecionarem histórias tão fascinantes, tinham também a intenção de colocar em destaque a imensa brecha que existia entre eles e esses outros, tão diferenciados em seu modo de viver e em suas crenças, sublinhando as profundas distinções que se instituía entre o universo mental popular e o erudito dos quais observadores e observados eram representantes.”(Cf. Wissembach, 1997: 92,93)

³⁵ Com efeito, a medicina científica tenta construir um caminho de ruptura em torno da noção de mediadores para a obtenção da cura. O médico se preocupa com a doença e não com o doente e procura negar os significados da cura presentes em um elemento exterior ao sujeito: a doença é produzida internamente, no organismo de cada sujeito e não em um mundo exterior conduzido por forças místicas. Desse modo, as concepções da medicina científica tornavam-se profundamente agressivas às experiências curativas do sertanejo. Por outro lado, vale salientar que atualmente o médico é visto pelo sertanejo, em certa medida, como um desses mediadores.

³⁶ Cf. Brandão, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 181.

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ Conforme ressalta Sidney Chalhoub, “as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio.”(Chalhoub, 1996: 29)

³⁹ Camargo, Aspásia (org.) *O Nordeste e a Política: diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.215.

⁴⁰ Alguns sanitaristas resolveram criar, como estratégia de convencimento, certas narrativas de caráter místico em torno da vacinação. Rodolfo Teófilo, por exemplo, aproveitou-se do estereótipo angelical de Edward Jenner, o inventor da vacina anti-variolice, para contar aos sertanejos que Jenner havia recebido a visita de um anjo enviado por Maria Santíssima e entregou-lhe aquele líquido para salvar o sertanejo do sofrimento. Ao que parece, esse discurso gerou um certo sucesso na sua missão em nome da saúde. (Ponte, 1993:111)

⁴¹ Foucault infere que a disciplina do corpo “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo e diminui essas mesmas forças. Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.”(Foucault, 1987: 127)

⁴² No seu estudo sobre “cortiços e epidemias na corte imperial”, Sidney Chalhoub nos lembra que os ricos também tinham comportamentos repulsivos quando descobriam que a vacina anti-variolice era produzida a partir de uma substância retirada dos úberes da vaca. E mais ainda: entre os próprios médicos havia receios e a criação de histórias malditas e misteriosas sobre a vacina. (Cf.Chalhoub, 1996:115)

⁴³ Vale lembrar que esse procedimento diante dos saques guarda forte semelhança com o imaginário dos senhores de escravos nos séculos XVIII e XIX. Como ressalta José Carlos Barreiro, os assaltos dos escravos eram despolitizados, na medida em que eram explicados apenas pelo princípio do impulso da fome: “Tudo era feito para esvaziar o acontecimento daquilo que arriscaria colocar em questão a instituição que prescreve as normas definidoras do que é e do que não é crime.” (Cf. Barreiro, 1998:15)

⁴⁴ Cf. Neves, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Tese de Dourorado apresentado no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mimeo, 1998, p.123.

⁴⁵ Cf. Neves, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Op. Cit., 126.

⁴⁶ É plausível inferir que o controle do tempo no banho da lagoa tornava-se mais difícil, pois tratava-se da imposição de uma nova forma de comportamento durante o banho sem colocá-lo numa espacialidade diferente daquela vivenciada pelo sertanejo antes de chegar ao Campo de Concentração.

⁴⁷ O estudo de Vigarello sobre a higiene do corpo desde a Idade Média destaca a promoção do sabão nos textos de higiene, no início do século XIX. Nesse sentido, infere: "O sabão apaga e dissolve a sujidade. Lavar-se é utilizar uma química elementar: O cosmético por excelência, o instrumento de limpeza, é o sabão. Já não é um acessório requintado, é um utensílio de saúde: 'o sabão limpa a superfície cutânea das matérias gordas. Está ao serviço das fisiologias. 'É um dos elementos mais importantes da cosmética'". (Vigarello, 1985: 134)

⁴⁸ As entrevistas com o Sr. Mauro, Sr. Geraldo e Sr. Joaquim foram realizadas em julho de 1997.

⁴⁹ Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987:193.

⁵⁰ C.f Landim, Teoberto. *Seca. A Estação do Inferno*. Fortaleza: Edições UFC, 1992. P.96

FONTES DE PESQUISA

Jornais:

Correio da Semana. Período: jan/32 a dez/33.

Correio do Ceará. Período: jan/32 a dez/33.

Gazeta de Notícias. Período: jan/32 a dez/33.

A Lucta. Período: jan a dez/1915.

O Libertador. Período: jan a jun/32.

O Nordeste. Período: jan/32 a dez/33.

A Ordem. Período: jan a jun/32.

O Povo. Período: jan/31 a dez/33.

Relatórios e Mensagens:

Relatório Geral de Atividades apresentado ao presidente provincial Sr. José Júlio Albuquerque Barros no dia 01 de Julho de 1879 e em 01 de novembro de 1880.

Fala com que o Exmo Sr. Desembargador Caetano Estelita Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 02/07/1877.

Relatório Geral de Atividades apresentado ao presidente do Estado do Ceará Cel. Benjamim Liberato Barroso no dia 06 de Junho de 1915.

Relatório do Inspector de Higiene do Estado do Ceará, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, 1915.

Mensagem à Assembléia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1916 pelo Cel. Benjamim Liberato Barroso.

Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

Relatórios da Inspeção de Obras Contra Seca (1915; 1931/33)

Relatório do Ministro da Viação José Américo de Almeida.

Outros documentos:

Regulamento da Directoria Geral de Higiene, 08 de novembro de 1918.

Códigos de Postura para a cidade de Fortaleza, 1870, 1979 e 1932.

Livro de Rol dos Culpados (jan a dez/32)

Registros de óbitos da Cidade de Ipu (abr/32 a mai/33)

Entrevistas:

Sr. Francisco Lima, nasceu no Ipu no dia 02/11/1919.

Sr. Geraldo Aires, nasceu em Ipu em 1922.

Sr. Geraldo da Silva, nasceu no Município de Senador Pompeu.

D. Antonieta Antonia de Moraes, nasceu no Município de Senador Pompeu em 1918.

Acervos consultados

Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Setor de Hemeroteca e Obras Raras)

Museu das Secas

Arquivo Público do Estado do Ceará

Biblioteca do Seminário da Prainha

Arquivo da Catedral de Fortaleza

NUDOC (UFC)

Arquivo da Igreja Matriz de Ipu

BIBLIOGRAFIA

ALBANO, Ildefonso. *O Secular Problema da Seca*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Um Sertanejo e o Sertão*. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1976.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste". In: Revista da ANPUH. São Paulo: Marco Zero, v.14, nº 28, 1994.

_____. Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP. Campinas: 1988. (mimeo)

ALVES, Joaquim. *História das Sêcas (séculos XVII a XIX)*. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ARANTES, Antonio Augusto. "A Guerra dos Lugares, sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

BARBOSA, Marta Emília Jacinto. *Cidade na Contra-Mão. Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 1996.

BARBOSA, Policarpo José. *História da Saúde Pública no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

- BARBOSA, Orris. *Seca de 32*. Rio de Janeiro: Aderson-Editores, 1935.
- BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol (Natureza e costumes do Norte)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- BARREIRO, José Carlos. "Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880". *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 16, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec: Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- BERLIN, Isaiah. *Limites da Utopia: capítulos da história das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BERTUCCI, Liane Maria. "A ameaça iminente. As epidemias. Um momento: Varíola (1908)". In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Imagens da Cidade séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do Povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- BRESCIANI, Maria Stella. "A cidade das multidões, a cidade aterrorizada." In: PECHMAN, Robert Moses (org.) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: EUFRJ, 1994.
- _____. *Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMARGO, Aspásia (org.). *O Nordeste e a Política: diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza Provincial: rural e urbana*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.
- _____. *Medicina Popular (Superstições, crendices e mezinhas)*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955)
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: I. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAVES, José Olivenor S. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877/79: O real de um imaginário dominante*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1995.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.
- DAVIS, Nathalie Zemon. *Culturas do Povo, sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité*. Fortaleza. Edições UFC, 1989.

FENELON, Déa Ribeiro. "O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?" *História e Perspectiva*. Uberlândia, jan./jun. de 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do Poder*. (11ª ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FROTA, Luciara Silveira Aragão. *Documentação Oral e a Temática da Seca*. Brasília: Centro Gráfico / Senado Federal, 1985.

GUATTARI, F. "Cultura um conceito reacionário". In: GUATTARI, F., ROLNIK, Suely. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis: ed Vozes, 1996.

GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes da Seca*. Fortaleza: DNOCS, 1983.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LANDIM, Teoberto. *Seca: A Estação do Inferno*. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1992.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LEAL, Vinícius Barros. *História da Medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1988. - (Primas)

LYNCH, Kevin. *A imagem da Cidade*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1980.

MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: Fotografia e História*. In: Revista Tempo do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1996.

MAGALHÃES, Jósia. *Medicina Folclórica*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MONTENEGRO, Abelardo. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1990.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: A Construção da Memória Regional*. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

_____. "Curral dos Bárbaros. Os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932)". In: Revista da ANPUH São Paulo: Contexto, v.15, nº 29, 1995.

- _____. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, mimeo., 1998.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. A Coisa: transcendência e contingência. *Revista Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 06, 1986.
- OTTEN, Alexandre. "Só Deus é Grande": a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos". *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, nº 02, 1996.
- _____. "Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade". *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- QUEIROZ, Raquel de. *O Quinze*. 52. ed. São Paulo: Siciliano, 1993.
- RAMOS, F. Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991.
- _____. *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1994.
- _____. *O Verbo Encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1998.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51 ed. São Paulo: Record, 1983.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- RIBEIRO, Lêda Tâmega. *Mito e Poesia Popular*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1986.
- RONDELLI, Beth. *O Narrado e o Vivido: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão*. Rio de Janeiro: FUNARTE/IBAC, 1993.
- RUDÉ, Gorge. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SANTANA, Charles d'Almeida. *Fatura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e megrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. "O Receio dos 'Trabalhos Perdidos'. Corpo e Cidade". *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 13, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, Coleção "Tudo é História".
- SILVA, José Borzachiello da. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.
- SOBRINHO, Tomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)*. Fortaleza: Ed. Batista Fontenele, 1953.
- SOUSA, Simone et. alli. *A Gestão da Cidade. Uma história político-administrativa*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Imprensa Universitária- UFC, 1980.
- _____. *A Fome. Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979

_____. *História da Seca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (ed. Fac-sim. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904).

• THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta e Consciencia de Clase*. (3. ed.) Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

_____. *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 1978.

THOMAS, Keith. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988.

_____. "O trabalho dos corpos e do espaço". *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 13, 1991.

WISSEMBACH, Cristina. *Magia e Sobrevivência no Brasil*. Tese de doutorado em história – USP. São Paulo, 1997.

A AUTORA

Kênia Souza Rios é licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a dissertação "Isolamento e Poder: Fortaleza e os Campos de Concentração na seca de 1932". Atualmente é doutoranda em História Social pela PUC/SP.